

PROGRAMA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
2015 - 2018

GOVERNADOR AGNELO QUEIROZ
VICE TADEU FILIPPELLI

1. INTRODUÇÃO
2. EIXO I - BRASÍLIA COM ÉTICA E DEMOCRACIA
 - 2.1. Democratização do Estado e Participação Popular
 - 2.2. Transparência e Controle Social
 - 2.3. Aperfeiçoamento da Gestão Pública
 - 2.3.1. Gestão do PAC e dos Projetos dos Estruturantes do Distrito Federal - Investimentos Prioritários para "Fazer Acontecer"
 - 2.3.2. Aperfeiçoamento da Legislação de Licitações e Contratações
 - 2.3.3. Agilidade na Aprovação de Projetos e Emissão de Licenças de Funcionamento
 - 2.3.4. Sistema de Monitoramento e Gestão e Centro de Gestão Integrada - CGI
 - 2.3.5. Valorização dos Servidores Públicos do DF
 - 2.4. Propostas
3. EIXO II – DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE URBANA
 - 3.1. Planejamento Urbano, Ordenamento Territorial e Preservação do Conjunto Urbanístico
 - 3.3. Sistema de Transporte Coletivo
 - 3.4. Mobilidade por Bicicleta
 - 3.5. Pavimentação e Qualificação de Vias
 - 3.6. Energia
 - 3.7. Saneamento
 - 3.8. Abastecimento de Água
4. EIXO III - UM GOVERNO DA GENTE – FORTALECENDO AS POLÍTICAS SOCIAIS
 - 4.1. Educação
 - 4.2. Saúde
 - 4.3. Cultura
 - 4.4. Assistência Social
 - 4.5 Esportes
 - 4.6. Idosos
 - 4.7. Mulher
 - 4.8. Criança e adolescente
 - 4.9. Igualdade Racial

- 4.10. Juventude
- 4.11. Pessoa com Deficiência
- 4.12. Habitação e Regularização Fundiária
- 5. EIXO IV – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 - 5.1. Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa
 - 5.4. Desenvolvimento do Turismo
 - 5.4. Ciência e Tecnologia
 - 5.5. Agricultura e o Desenvolvimento Rural
- 6. EIXO V – SEGURANÇA PÚBLICA – COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA
 - 6.1. Ação pela Vida
 - 6.2. Videomonitoramento
 - 6.3. Sistema prisional
- 7. EIXO VI – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA
 - 7.1. Proteção dos recursos hídricos naturais
 - 7.2. Reuso das águas domiciliares
 - 7.3. Parques ambientais
 - 7.4. Resíduos sólidos
 - 7.5. Combate à Poluição do Ar
 - 7.6. Combate à Poluição Visual
 - 7.7. Cidade Limpa
 - 7.8. Parques infantis e Pontos de Encontro Comunitário
- 8. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vive um momento ímpar, marcado por um processo de inclusão econômica e social de vastas dimensões que emergiu em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e consolidou-se nos últimos onze anos, no segundo mandato de Lula e no primeiro da presidenta Dilma Rousseff.

Experimentando um período de estabilidade institucional duradouro, a ação do Governo Federal tem sido capaz de alcançar positivamente segmentos sociais inteiros, que se contam na casa dos milhões de famílias, incorporando as regiões mais pobres do país ao novo ciclo de desenvolvimento, com a descentralização dos investimentos públicos em infraestrutura e serviços, com a implementação dos programas sociais e com a promoção e manutenção de um ciclo de geração de emprego e renda sem paralelo na nossa história, com elevação real do salário-mínimo, mesmo em meio à severa e prolongada crise do conjunto da economia mundial.

O Distrito Federal se incorporou a esse ciclo virtuoso tardiamente, a partir da posse de Agnelo Queiroz como Governador do Distrito Federal, em 1º de janeiro de 2011. Grandes expectativas foram depositadas na gestão Agnelo. Houve em Brasília um vendaval político: a prisão e a cassação do governador e a renúncia de seu vice, em 2009, o comando interino do GDF pelo então presidente da Câmara Legislativa, seguido por um governo eleito indiretamente.

As cidades estavam mal cuidadas, com sujeira e mato dominando o cenário, o DF ostentava o maior índice de desigualdade do país, e o povo enxergava o seu governo com enorme desconfiança. Mas a gravidade da situação só se revelou, efetivamente, após a posse de Agnelo, dos secretários, administradores e diretores de entidades e presidentes de empresas públicas.

Verificou-se que o CNPJ do GDF estava “sujo” na praça e que não seria possível obter empréstimos nem repasses do Governo Federal. O quadro de pessoal da administração privilegiava os cargos comissionados, em detrimento dos servidores de carreira. Mais de cento e setenta obras paradas, algumas por decisão judicial. Contratos vencidos. Enfim, foi necessário um grande esforço para arrumar a casa. Somente ao fim de 2011 foi superada a inadimplência e a partir disso a máquina do governo começa a andar.

Passados quase quatro anos, a realidade é outra. Brasília trilha um Novo Caminho, respira novo ar e acredita que é possível resolver os graves problemas herdados do passado.

Saúde; cultura; lazer; educação; segurança pública; cuidado com o meio ambiente; habitação; mobilidade urbana e superação da pobreza e do analfabetismo compõem a nova agenda do DF.

O Distrito Federal bateu seu recorde de execução de investimentos graças à aplicação de modernas técnicas e ferramentas de gestão, da articulação, coordenação e monitoramento de seus empreendimentos prioritários, sempre com a missão de “fazer acontecer”. Só em 2013, foram mais de R\$ 2 bilhões aplicados em benefícios à população, investidos em saúde; implantação de asfalto novo nas vias; construção de creches; reforma de escolas; continuidade de obras então paralisadas; revitalização parques e recuperação de equipamentos e espaços culturais. O Distrito Federal contou com o apoio do Governo Federal, também, que por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem previsão de investimentos de mais de R\$ 25 bilhões em infraestruturas estratégicas para a melhoria de vida da população.

A rede pública de saúde, em 2011 estava abandonada, infraestruturas carecendo de melhorias e reformas e o DF não estava sequer credenciado pela União para a realização de transplantes. Hoje o DF é líder no número de transplantes de córnea; de coração e de rim, além de realizar transplantes de pulmão e de medula óssea.

Dados do IBGE (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC) de 2013, apontam que o Distrito Federal foi líder na aplicação de recursos *per capita* na área de saúde - R\$ 924,12 que representa quatro vezes e meio o valor do último colocado que é o Estado do Pará.

A rede de saúde ganhou reforço de mais de 15 mil profissionais da saúde, especialmente os médicos, que com a reestrutura de carreira e salários melhores poderão se dedicar ao trabalho público. Com isso foi possível implantar as Unidades de Pronto Atendimento (UPAS), além de quase triplicar a cobertura dos serviços de atenção primária que era de apenas 12% hoje já alcança 30%. Durante esse período o número de unidades de tratamento intensivo (UTIs) nos hospitais públicos foi duplicado.

Há hoje cinco unidades de pronto atendimento (UPAs) em funcionamento, uma unidade em finalização e outras três em construção. Foram inauguradas nove novas clínicas da família e entregues quatro carretas da mulher, que oferecem atendimento e exames como o de mamografia.

A Rede de atendimento de saúde para pessoas com problemas mentais e usuários de crack e outras drogas dobrou neste governo, passando de 8 para 16 o número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

Com o olhar especial para o cidadão, uma grande preocupação era o sistema de transporte público, que estava sucateado, gerando transtornos à população que necessita desse serviço. Enfrentando o problema, o Governo Agnelo promoveu a renovação de toda frota de veículos, além de investir em todo um sistema de mobilidade urbana que inclui desde a implantação de malha cicloviária – que já é a maior do país, com 430 km construídos – como intervenção em grandes vias.

O Distrito Federal se livrou da dependência dos barões do setor de transporte, priorizando a qualidade dos serviços para a população que comumente se via prejudicada com os atrasos decorrentes de ônibus velhos e quebrados.

A maior obra de transporte urbano em construção no Brasil está em Brasília - o Expresso DF Sul foi entregue à população em junho. Intervenções viárias no balão do aeroporto; na W3 Sul; no Gama; na saída norte Sobradinho/Planaltina; na EPTG e demais localidades tornaram mais fácil o deslocamento das pessoas. Além disso, uma grande malha de ciclovias foi disponibilizada para o uso da bicicleta como modalidade de transporte.

No tocante à habitação, os paradigmas deste Governo são bem diferentes dos anteriores. O costume dos outros governos era fazer vistas grossas à ocupação irregular, como se essa permissão constituísse algum tipo de benefício à população. Havia a chamada “farras dos lotes”. Hoje a situação é diferente, a política habitacional se constitui de princípios e regras claras, e pressupõe que a população deve ser beneficiada com unidades habitacionais dignas, com infraestrutura urbana, acesso à água e esgoto. Para tanto foi planejada a construção de 100 mil unidades habitacionais visando atender a demanda por unidades habitacionais sociais no DF. Por outro lado, o Governo também dirigiu olhar àqueles que de boa-fé ocuparam um espaço para garantir sua moradia e para isso foi criado o programa Regularizou, é seu.

Ocupações históricas de pioneiros foram regularizadas com a Vila Planalto. O número de habilitados para acesso à casa própria alcança mais de 96 mil famílias. Mais de 12 mil famílias já receberam a sua casa ou apartamento. Estão em construção 28 mil novas unidades habitacionais. A regularização fundiária e a entrega das escrituras já são realidades para milhares de pessoas.

Desde 2011 foram criados mais de 102 mil postos de trabalho com carteira assinada em nossa cidade. A taxa de desemprego é a menor desde 1992, segundo informações do Dieese.

O governo Agnelo executou uma agenda diferente do modelo neoliberal na sua relação a administração pública e com os servidores públicos.

Na Administração Pública, visando a melhoria dos serviços e a valorização do servidor público, cumpriu acordos salariais; realizou concursos públicos, deu posse para mais de 33 mil servidores concursados. Recuperou o planejamento da administração pública; resgatou o papel institucional de empresas como a CODEPLAN; redirecionou a ação da TERRACAP e com a intervenção no setor de transporte estabeleceu um novo patamar de atuação operacional para a TCB, que agora opera o transporte escolar das nossas crianças. CEB e CAESB foram recuperadas e iniciaram um novo ciclo de investimentos.

O GDF ao longo do último período estabeleceu negociações salariais com relevantes setores do funcionalismo público da cidade: saúde, educação, segurança pública. Reajustou os valores do auxílio alimentação de todos os servidores da administração local. Instituiu um regime jurídico único para os servidores públicos do DF, consolidando direitos e conquistas.

O governo Agnelo se destaca principalmente pelo trabalho de cuidado com as pessoas. Cuidado com as nossas crianças; com os nossos jovens; daqueles que precisam de mais saúde; das pessoas com deficiência; das mulheres e dos idosos.

No governo Agnelo o cidadão é valorizado! Cuidar das pessoas, daqueles que mais precisam do governo: essa é a cara do Governo Agnelo. As suas marcas revelam o seu caráter democrático e popular:

- Brasília é a cidade que mais investe em saúde por habitante;
- É território livre do analfabetismo;

- Erradicou a pobreza e a extrema pobreza;
- Acabou com a escola do crime – o CAJE;
- Implantou a Coleta Seletiva de Lixo;
- Tem a maior malha cicloviária do país;
- A maior proporção dos recursos arrecadados pelos impostos (60%) é aplicada nas áreas de educação, saúde e segurança;
- É a cidade que mais presta contas e de maior transparência na aplicação dos recursos públicos;
- Exercita-se a participação popular em todas as áreas de importância para a população do Distrito Federal.

As propostas, ideias e projetos apresentados neste Plano de Governo levam em conta o atual cenário, com as transformações estruturais implementadas pela gestão de Agnelo e Filippelli. O Distrito Federal está pronto para continuar crescendo de forma ordenada e planejada, com garantias à população de mais qualidade de vida e acesso às políticas e serviços públicos.

Este Plano de Governo está dividido em seis grandes eixos: Brasília com Ética e Democracia; Desenvolvimento Urbano e Mobilidade Urbana; Fortalecimento das Políticas Sociais; Desenvolvimento Econômico; Segurança Pública; Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Esses eixos agrupam as principais políticas públicas, conforme suas características.

É importante destacar que este documento não tem condições de compreender todas as ações em desenvolvimento e planejadas para o DF. Este Plano de Governo apresenta as principais linhas programáticas, mostrando o norte do desenvolvimento implantado pelo Governo Agnelo e Filippelli, que teve início há quatro anos e que se pretende prosseguir nos próximos anos. É preciso aprofundar a construção de um novo caminho!

2. EIXO I - BRASILIA COM ÉTICA E DEMOCRACIA

2.1 Democratização do Estado e Participação Popular

O grande desafio iniciado no atual governo do Distrito Federal e naturalmente a ser potencializado no próximo período será o da maior democratização do Estado e ampliação dos direitos da população. Mesmo reconhecendo que uma das principais marcas do atual Governo é a participação popular e o avanço da democracia, não se pode deixar de reconhecer que ainda há muito a ser feito para se garantir o exercício pleno de cidadania.

Diversos canais de participação popular exerceram protagonismo durante estes quase quatro anos. Alguns foram apenas ampliados e fortalecidos e outros criados ou recriados para oferecer mais espaço de participação popular nas decisões sobre políticas públicas. Encontros, plenárias e conferências renovaram as atividades de alguns e deram origem a outros conselhos populares, destacando as ações dos Conselhos de Políticas Públicas de: Saúde do Distrito Federal; Transporte Público e Coletivo do Distrito Federal; Educação do Distrito Federal; Segurança Pública do Distrito Federal; Cultura do Distrito Federal; Orçamento Participativo; Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal; Defesa dos Direitos da Mulher; Defesa dos Direitos dos Negros; Juventude do Distrito Federal; Desenvolvimento Rural Sustentável.

Não obstante, o Governador do Distrito Federal criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal – CDES-DF, cuja função é a de analisar, debater e propor diretrizes voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. O CDES-DF constitui-se em um espaço privilegiado, composto por 80 membros; dois terços destes empresários, representantes do movimento social e personalidades de reconhecido conhecimento.

Além dos Conselhos Populares de Políticas Públicas, criou-se também, no primeiro dia do novo Governo, a Secretaria de Transparência e Controle que desenvolveu ações para fomentar e apoiar a participação da sociedade civil no acompanhamento e controle da gestão pública. Nesse contexto, a Ouvidoria tem papel destacado na

apuração de denúncias, monitoramento de atividades, encaminhamento de providências, constituindo-se em importante espaço de interlocução entre governo e população.

Mas não só isso, a experiência “GDF Junto de Você” não só se mostrou eficiente como instrumento de execução, principalmente de prioridades que de alguma forma haviam sido secundarizadas, mas como excelente oportunidade para a interlocução direta entre o Governador e população. Uma ação que promoveu maior interação entre o Governo como um todo e a população, em especial o contato direto do Governador com os diversos atores locais nas regiões administrativas.

Assim, com uma gestão integrada, mais publicidade na declaração dos compromissos do governo, e mais canais de acompanhamento e diálogo com a população, aperfeiçoam-se também os mecanismos de Controle Social do Distrito Federal, que contribuem para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

A forma do exercício da gestão pública também acumula na garantia da participação popular, de maneira que a lisura e a probidade administrativa são valores que tem que ser permanentemente exercidos. Aliás, são condições para o exercício de qualquer servidor público, seja do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Nesse sentido, o atual governo construiu um caminho que rompeu com o fisiologismo e o compadrio (essência do cooptação e da corrupção), pavimentado uma relação de responsabilidades e compromissos compartilhados.

2.2 Transparência e Controle Social

O Caderno das Cidades, lançado em 2013, consiste também em inovadora ação deste Governo voltada à transparência e Controle Social, pois apresenta de maneira inovadora os investimentos alocados em cada uma das 31 Regiões Administrativas, apontando as ações e projetos do governo em cada RA com seus respectivos prazos, valores e responsáveis pela execução. A revitalização de espaços públicos e recuperação de calçadas, meios-fios e rampas de acessibilidade são exemplos de ações contempladas na publicação. Assim, esse ousado instrumento de gestão, declara compromissos de forma transparente, e serve também para acompanhamento e fiscalização do governo. Cabe destacar que também estão destacados na publicação, as obras que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os Projetos Estruturantes do Distrito Federal (PEDF), bem como aquelas que foram priorizadas pela população através do Orçamento Participativo.

Do ponto de vista interno da gestão de governo, as obras apontadas no caderno são acompanhadas de perto, seja através de reuniões de planejamento e gestão, seja por meio do Sistema de Monitoramento e Gestão da Governadoria. Com o intuito de dar publicidade à informação das ações e projetos desenvolvidos nas Regiões Administrativas, o GDF produz, ainda, uma publicação chamada "Boletim das Cidades", com periodicidade semanal. Ao final de cada ano, o GDF lançou a publicação "Revista Novo DF", com o resumo das principais ações realizadas no período nas mais diversas áreas.

O DF também conta com sua própria Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentado pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011. A LAI estabelece procedimentos e prazos para que os órgãos públicos prestem informações aos cidadãos, seja por meio da internet ou por meio das ouvidorias. De forma ativa, o GDF divulga por meio do Portal de Transparência e no site de cada órgão dados sobre ações, programas, despesas, contratos, servidores, dentre outros.

Assim, com uma gestão integrada, mais publicidade na declaração dos compromissos do governo, e mais canais de acompanhamento e diálogo com a população, aperfeiçoam-se também os mecanismos de Controle Social do Distrito Federal, que contribuem para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

2.3 Aperfeiçoamento da Gestão Pública

O primeiro mandato do Governo Agnelo é marcado pela recuperação da Administração Pública, bem como por avanços significativos na introdução de inovações administrativas que impulsionaram a capacidade do Estado de prover bens e serviços públicos à população. Após um forte trabalho de coordenação e articulação intragovernamental, foi possível definir prioridades de governo que devem ser tratadas por todos os órgãos e entidades do DF como prioritários, superando a tradicional lógica da segmentação por setores e impondo uma agenda de trabalho integrada a todos os órgãos e entidades do Governo.

Com isso, a execução do orçamento do Distrito Federal, coordenada a partir da Junta de Execução Orçamentária, teve como norte a eficiência orçamentária, buscando a máxima conversão dos recursos do Estado em bens e serviços públicos, de acordo com as prioridades definidas pelo governador. Da mesma

forma, as prioridades do governo orientaram as decisões de alocação de pessoal, seja ele efetivo ou terceirizado, bem como a condução de pautas junto aos demais poderes e entes da federação.

2.3.1 Gestão do PAC e dos Projetos dos Estruturantes do Distrito Federal - Investimentos Prioritários para "Fazer Acontecer"

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, lançado pelo Presidente Lula e aprofundado no Governo da Presidente Dilma, consiste no maior aporte de recursos de investimentos já vistos no DF, representando mais de 25,3 bilhões de reais que deverão ser executados, até 2015, nas áreas de mobilidade e transportes, habitação e urbanização, qualidade de vida nas cidades, saneamento, resíduos sólidos, educação e saúde. O Governo Agnelo se empenhou em ampliar a interlocução intragovernamental e as tratativas do GDF com o Governo Federal e agentes financeiros, auxiliando os órgãos executores na prevenção e superação de entraves e criando de condições para a execução dos empreendimentos aprovados, e para a aprovação de novas propostas com subsídios da União.

A gestão do PAC no DF trouxe métodos e ferramentas de gestão bem sucedidas no Governo Federal. Assim, os empreendimentos foram classificados por temas, estabelecendo-se uma rede de atores relevantes para cada um deles, composta de representantes dos órgãos e entidades com capacidade de diagnóstico e decisão, em que os participantes trazem informações relevantes acerca do cronograma de execução, riscos, restrições e outras informações relevantes à sua conclusão. Todo esse arranjo permitiu ao GDF antecipar providências e articular no governo medidas para que os empreendimentos sejam entregues nos prazos determinados.

Uma outra grande inovação promovida pelo GDF, em parceria com a CLDF, foi a criação da carteira de Projetos Estruturantes do Distrito Federal - PEDF - que elenca projetos prioritários do governo. A carteira prioriza gastos nas áreas que melhoram a qualidade de vida nas cidades, como mobilidade urbana, urbanização, educação, cultura, desenvolvimento social, saúde, conservação dos bens comunitários, patrimônio público e ampliação da oferta de serviços governamentais. Um importante marco normativo no DF foi a inclusão de dispositivo nas Leis Orçamentárias Anuais de 2013 e 2014 para possibilitar o remanejamento de recursos entre as programações orçamentárias dos Projetos Estruturantes. Essa inovação permite que a carteira do PEDF tenha mais celeridade e seja coordenada. Assim, a execução do orçamento deixa de seguir uma lógica

fragmentada das unidades orçamentárias. Com isso, em 2013, a carteira do PEDF teve execução de 1,4 bilhão de reais e permitiu que os investimentos do DF registrassem o recorde de 2,3 bilhões de reais executados em 2013.

Para viabilizar alguns dos Projetos constantes na carteira do PEDF, foi criado o Escritório de Projetos, coordenado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão da Casa Civil, para fortalecer a elaboração de planos arquitetônicos e de engenharia de reformas e revitalização de edificações, como as consideradas Patrimônio da Humanidade e escolas simbólicas de Brasília. Além disso, foram recrutados técnicos, principalmente engenheiros e arquitetos, e alocados nas áreas mais carentes de projetos nas áreas prioritárias do governo. Soma-se a isto, novas contratações de pessoal com qualificação específica para atender as necessidades do quadro das unidades executoras do governo.

2.3.2. Aperfeiçoamento da Legislação de Licitações e Contratações

Partindo do diagnóstico das dificuldades impostas pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93), e buscando conferir normas mais ágeis, criteriosas e transparentes às licitações e contratações do Distrito Federal, o GDF conduziu um debate que culminou na lei que estende a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) aos Projetos Estruturantes do DF (lei 5254/2013), e na Lei 5.345/2014, que inverte as fases de habilitação e julgamento da lei 8.666/93.

Com o RDC, os processos de licitação têm levado cerca da metade do tempo para serem concluídos quando comparados com processos na modalidade concorrência da Lei 8.666/93. A aplicação do RDC em ações do PEDF é exclusiva para licitações e contratos que tenham como objeto elaboração de projetos, obras ou serviços de engenharia.

Já com a aprovação da Lei no 5.345, de 20 de maio de 2014, as licitações no DF poderão classificar primeiro as propostas dos interessados para só depois passar para a etapa de habilitação do participante vencedor. Com a nova lei, aceleram-se os processos de licitação, sobretudo na modalidade concorrência.

Também merece destaque o avanço introduzido no DF para a contratação de artistas, com o advento do SISCULT - Sistema de Cadastro Geral para a Contratação de Artistas, que estabeleceu critérios e normas para o credenciamento

e contratação se artistas, promovendo a democratização da aplicação dos recursos públicos em eventos culturais, e ampliou a transparência dessas contratações.

2.3.3. Agilidade na Aprovação de Projetos e Emissão de Licenças de Funcionamento

Um dos entraves para a agilidade dos empreendimentos no DF é a aprovação dos projetos para emissão de alvarás e habite-se, bem como as licenças de funcionamento. Sabendo desse diagnóstico, e com o fito de destravar obras de interesse público e dinamizar o setor produtivo do Distrito Federal, o GDF emvidou esforços no sentido de sanear e aperfeiçoar a legislação, desafogando as Administrações Regionais e a Coordenadoria das Cidades, bem como de dar celeridade às análises de projetos de arquitetura, sobretudo nos grandes empreendimentos e nos projetos de interesse público.

Assim, o Governador Agnelo, por meio de Decreto, criou a Força-Tarefa de Análise de Projetos de Edificação (FTAPE), composta por um grupo multidisciplinar formado pela Casa Civil, Secretaria de Estado de Habitação, Regularização Fundiária e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), Departamento de Trânsito (DETRAN), Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e Corpo de Bombeiros. Este grupo também incumbiu-se de atualizar o Código de Edificações do DF e ofertar cursos de capacitação para a área técnica, assim como para a publicar normativos e orientações às Administrações Regionais.

No que diz respeito às licenças de funcionamento de atividades econômicas, o GDF também empenhou-se, num primeiro momento, em sanear e aperfeiçoar a legislação, o que se deu principalmente a partir da Lei 5.280/3013 e sua regulamentação. Também está em andamento o Sistema Virtual de Análise de Projetos e Licenciamento, com o intuito de agilizar e conferir maior transparência à tramitação dos pedidos de aprovação de projetos, emissão de licenças de funcionamento e alvarás.

Ademais, foi lançado o Projeto Integrar, em parceria com o SEBRAE o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior e as Juntas Comerciais do DF e de outras localidades do país, com o objetivo de desburocratizar a abertura de empresas e implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM. O Projeto Integrar no DF já conta com a análise de viabilidade nas RAs de Brasília, Taguatinga, Águas Claras, Guará,

Lago Sul e Sudoeste/Octogonal. Este projeto será expandido e desenvolvido em todo o DF e impulsionará a atividade de micro e pequenos empresários do DF nos próximos anos, estimulando a economia local e gerando mais empregos, riqueza e renda à população do DF.

2.3.4. Sistema de Monitoramento e Gestão e Centro de Gestão Integrada - CGI

Para viabilizar o acompanhamento dos projetos prioritários do Governo, e, com isso, qualificar a tomada de decisão do Governador, foi estruturado um moderno Sistema de Monitoramento e Gestão. O sistema é alimentado por uma equipe que vai a campo e interage com os demais órgãos e entidades para fazer com que os objetivos e prazos sejam cumpridos conforme planejado, e agrega imagens de videomonitoramento de empreendimentos e serviços públicos, como, por exemplo, o atendimento dos Hospitais e UPAs.

Além das informações sobre os projetos prioritários de Governo, o sistema também agrega dados georreferenciados a serem utilizados para solução de crises e outras necessidades da gestão. Trata-se de sistema que busca consolidar informações diversas de Secretarias e órgãos do Governo do Distrito Federal, com foco na integração de dados, transparência das informações e consequente agilidade na tomada de decisões. Um dos módulos do Sistema foi utilizado para monitorar as delegações do Brasil e Japão durante os jogos da Copa das Confederações e foi disponibilizado para o Ministério da Justiça para uso durante a Copa do Mundo Fifa 2014.

A evolução do Sistema de Monitoramento e Gestão se dá com a construção do Centro de Gestão Integrada, contratado em 2014 a partir de uma PPP inédita no país, no qual se concentrarão diversos órgãos e entidades, e que permitirá à Administração obter informações em tempo real e ofertar resposta integrada e imediata dos serviços públicos. A primeira etapa, que tem como foco a questão da segurança, começou a funcionar ainda antes da Copa do Mundo, no Centro Integrado de Atendimento e Despacho (Ciade).

O CGI permitirá a análise das imagens de três mil câmeras de videomonitoramento distribuídas pela cidade possibilitará o trabalho integrado de órgãos e entidades, a partir de uma base comum de informações, estatísticas e procedimentos, bem como pela possibilidade de reduzir custos e responder rapidamente e

eficientemente às demandas da população e à prestação dos serviços públicos. Em um mesmo ambiente, servidores de diversas áreas estratégicas (como saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana) farão o monitoramento e o gerenciamento do DF, dentro do conceito de cidade inteligente. O A implantação do CGI representa um salto de qualidade desejado à Gestão Pública no Distrito Federal, e no país.

2.3.5. Valorização dos Servidores Públicos do DF

A reconstrução do Estado baseada numa gestão eficaz e com políticas públicas focadas no cidadão, foi o grande avanço neste período de 2011 a 2014. Desta forma, a gestão pública do Governo do Distrito Federal foi transformada em um exemplo de civilidade.

Nos últimos quatro anos foram autorizados cerca de 40 concursos públicos e nomeados mais de 33 mil concursados, recompondo, assim, a força de trabalho das diversas organizações públicas, com destaque para as áreas de maior de demanda da população: saúde, educação, segurança pública e mobilidade urbana.

Para tanto, medidas estruturantes foram adotadas tais como: (1) a instituição do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, Lei Complementar nº 840/2011; (2) a edição da Lei dos Concursos nº 4.949/2012, uma inovação para a Administração Distrital, que estabeleceu normas gerais para a realização de concurso público para provimento de cargo público na administração direta, autárquica e fundacional, além de ser um instrumento importante para atração de pessoas para o serviço público, pois dá aos aprovados dentro no número de vagas previstas no edital a garantia de nomeação.

Também foram conquistas dos servidores públicos do DF as reestruturações de 37 carreiras, fruto do diálogo permanente do Governo Agnelo com servidores e sindicatos. Esse processo se deu pelo fortalecimento dos vencimentos, em detrimento do grande número de gratificações ainda existentes na remuneração dos servidores; pelo estabelecimento de uma melhor relação entre as remunerações de piso e teto das categorias; por uma maior equidade entre os índices percentuais de crescimento do vencimento quando da aplicação das progressões entre padrões e classes; criação de novas carreiras; e a valorização do servidor pela sua profissionalização e aperfeiçoamento permanente.

A continuidade da gestão Agnelo/Filippelli permitirá avançar ainda mais no processo de fortalecimento dos serviços públicos a partir da modernização e eficiência da gestão pública, com a valorização dos trabalhadores de órgãos e entidades do Distrito Federal.

2.4. Propostas

Assim sendo, as candidaturas para reeleição do Governador e Vice-Governador se colocam como oportunidade de continuação e aprofundamento das transformações que vem sendo realizadas no Distrito Federal e do compromisso de ampliar as realizações do GDF, mediante as seguintes propostas:

- Promover a reestruturação da máquina administrativa orientando-a para ampliação das entregas de bens e serviços públicos de qualidade, aprofundamento da democracia, participação popular e justiça social.
- Ampliar, aperfeiçoar e articular os mecanismos de controle social.
- Consolidar a participação popular como método de governo.
- Ampliar os espaços de participação e o empoderamento dos Conselhos Populares.
- Regulamentar, em harmonia com o Poder Legislativo, a participação dos Conselhos Populares no processo de escolha do Administrador Regional.
- Ampliar os espaços na estrutura administrativa do GDF para o melhor acolhimento e funcionamento dos Conselhos Populares, com apoio material e de mão-de-obra.
- Fortalecer programas de formação e qualificação em participação popular para agentes públicos e sociedade civil.
- Acelerar o processo de interação entre as funções dos diversos Conselhos Populares, de forma a fortalecer e dar maior coesão às políticas gestadas e encaminhadas por esses organismos.
- Pugnar pela inclusão do Orçamento Participativo como elemento de definição para as prioridades de investimento e serviços no programa orçamentário anual do GDF.
- Tomar a experiência do GDF Junto de Você como atividade permanente do Governo do Distrito Federal transformando-a em programa de governo.
- Articular a instituição de rede de gestores responsáveis pelo andamento das diversas instâncias de participação, criando estruturas para troca de informações e preparação para qualificar o diálogo e a interação entre o

governo e a sociedade nas diferentes instâncias de participação: conselhos, ouvidorias, Portal da Transparência e GDF Junto de Você.

- Aprofundamento das ferramentas de coordenação e articulação intragovernamental, bem como das instâncias de gestão integrada a partir das Prioridades do Governo, rompendo definitivamente com a lógica de governo segmentado.
- Desburocratização e Transparência dos processos de licenciamento e emissão de alvarás, a partir da simplificação dos processos de emissão de licenças e alvarás no DF.
- Acelerar o Processo Eletrônico Nacional, em parceria com o Ministério do Planejamento para eliminar o trâmite de papel entre os órgãos do Governo;
- Adotar medidas internas ao DF para a redução do uso de papel, com investimento significativo em TIC.
- Revisão e consolidação, em diálogo com a sociedade, do Marco Legal que dispõe sobre aprovação de edificações, RIT, EIV, EIA/RIMA, Habite-se, projetos urbanísticos, ambientais, licenças de funcionamento etc., tornando-o mais ágil e transparente, aplicando ferramentas de TIC e o conhecimento produzido a partir das experiências da FTAPE (Força Tarefa de Análise e Aprovação de Projetos de Edificações), do Projeto Integrar e de outras experiências no país;
- Fortalecer a estrutura montada no primeiro mandato para gestão do PAC, Projetos Estruturantes e Gestão Orçamentária e Financeira das Prioridades do Governo, bem como para o Monitoramento dos Projetos Prioritários;
- Fortalecer o Escritório de Projetos e contratar mais engenheiros, arquitetos e outros profissionais necessários a produzir e gerir os projetos prioritários do DF;
- Avançar na gestão descentralizada de pequenos projetos de reforma e qualificação de espaços públicos - projetos pré-aprovados, vistoriados e de contratação simplificada;
- Fortalecer a equipe de captação de recursos externos e gestões junto ao Governo Federal, CAIXA, BID, BNDES, mas também junto a agentes financeiros internacionais e privados, que possam ofertar recursos em condições atrativas para a execução de investimentos no DF;
- Implantação completa do CGI, com ampliação da capacidade do Governo de responder às demandas da população e acompanhar o desempenho de empreendimentos e serviços públicos;

- Ampliação de serviços públicos prestados através de Telefones, Computadores e Redes Sociais;
- Regulamentação do Conselho de Comunicação Social e realização da II Conferência Distrital de Comunicação e do II Seminário de Comunicação Pública do DF;
- Integração, a partir do CGI, com Ouvidoria e Sistemas de Participação (Planejamento Urbano, Defesa Civil, Segurança Comunitária, Saúde da Família etc.) para resolução de demandas da população;
- Avançar na produção de instrumentos de prestação de contas e gestão transparente (Caderno das Cidades, Balanços de Governo, Portal da Transparência, Boletim das Cidades e Ouvidoria).
- Aplicar os avanços da condução dos Investimentos Prioritários (Modelo de Gestão do PAC e PEDF) também nas atividades que têm impacto direto na qualidade da prestação dos serviços públicos já prestados. Enquanto a gestão dos Investimentos e Projetos Estruturantes visam a construção e reforma de equipamentos, e com isso à ampliação de serviços, deve-se estruturar uma gestão semelhante voltada à manutenção e aperfeiçoamento dos serviços existentes (principalmente educação, saúde, mobilidade, segurança e assistência social), à correta aplicação dos recursos do orçamento de custeio a partir de metas de qualidade na prestação de serviços:
 - Prédios e Espaços Públicos: aperfeiçoamento da gestão dos prédios e espaços de prestação de serviços: realocação de prédios, permutas, transferências, manutenções e otimização do uso desses espaços;
 - Logística de Insumos: compras, fornecimento, armazenamento e distribuição de medicamentos, armas e munições, alimentos, material didático, uso de veículos etc.;
 - Força de trabalho: alocação de pessoal de acordo com prioridades; seleção de pessoal; criação e extinção de carreiras; formação de pessoal; capacitação e motivação; qualificação das condições de trabalho; análise das remunerações;
 - Continuidade na prestação dos serviços: análise da disponibilidade dos servidores para melhor alocação e controle da qualidade dos serviços; gestão e otimização da alocação dos regimes turnos, plantões e serviços voluntários remunerados; e outras providências para que os serviços públicos não sejam prejudicados por questões relacionadas à alocação de servidores;

- Serviços terceirizados: gestão centralizada e integrada dos serviços terceirizados, com vistas ao suprimento dos serviços prioritários;
- Despesas de manutenção dos serviços: monitoramento, análise e otimização da aplicação dos recursos para o pagamento das contas de água, luz, telefone, internet, limpeza vigilância etc.;
- Processo decisório de alocação dos recursos de custeio: a partir da Gestão do Integrada dos orçamentos de custeio prioritários, do monitoramento contínuo e da percepção dos usuários de serviços públicos;
- Continuar atentos à necessidade de recomposição da força de trabalho dos órgãos e entidades do DF;
- Ampliar os programas de capacitação dos servidores públicos ofertados pela Escola de Governo, bem como aqueles custeados com recursos do Fundo PRO-GESTÃO;
- Manter o diálogo permanente com os servidores e suas representações sindicais, aprimorando as relações de trabalho e promovendo o alinhamento do conjunto dos servidores para aprofundar as transformações do DF, ampliando a qualidade na prestação dos serviços públicos;
- Consolidar a política de atenção à Saúde do Servidor Público calcada na promoção da saúde, na melhoria da qualidade de vida, na prevenção de acidentes e de danos à saúde bem como na eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho, com a unificação da política e da atuação das unidades de atenção à saúde do servidor;
- Implementar programas que valorizem a profissionalismo, o comprometimento e as competências dos servidores necessários à promoção de direitos e à ampliação da oferta de bens e serviços públicos de qualidade à população do Distrito Federal;
- Aperfeiçoar as carreiras públicas, fortalecendo seus vencimentos e objetivando atrair, manter, qualificar e motivar os servidores para busca da excelência na prestação dos serviços públicos;
- Unificar a política previdenciária;
- Implantar, para o conjunto de servidores do GDF, de auxílio saúde nos termos da Lei Complementar n.º 840/2011;
- Continuar o processo de valorização da política de alimentação dos servidores distritais;
- Manter o equilíbrio das despesas com pessoal cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Implantar um novo Sistema de Gerenciamento de Pessoas, moderno e adaptado para as necessidades dos setoriais de gestão de pessoas;
- Continuar a priorizar a ocupação de cargos em comissão por servidores efetivos, avançando no percentual estabelecido em lei;
- Concluir a reforma completa da Escola de Governo, inclusive o Auditório (Projeto de Oscar Niemeyer);
- Estabelecer um Programa de Motivação dos servidores e de Aproximação entre carreiras, gestores e autoridades do Governo;
- Elaborar a Revista da Escola de Governo, com matérias sobre administração pública e informes das políticas do GDF;
- Promover, por meio da Escola de Governo, o diálogo entre as autoridades do governo, gestores e servidores, o debate da gestão pública, e o alinhamento dos agentes públicos frente aos objetivos do DF;
- Avançar na Estruturação e Fortalecimento da Faculdade de Administração Pública do DF.

3. EIXO II – DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE URBANA

A história de Brasília é marcada pela luta política e social por uma cidade justa, inclusiva, potencializadora de profundas energias de transformação e mudança. Para reverter o modelo de exclusão espacial, urbana e social que se tornou a capital, o Governo Agnelo enfrentou um dos principais entraves urbanos ao promover uma política de regularização fundiária e planejamento urbano, assegurando a legalização a milhares de brasilienses que, passaram a viver plenamente seu direito à sua moradia, em um processo de resgate de cidadania, cujo maior simbolismo alcançou os pioneiros da Vila Planalto, da Estrutural e do Sol Nascente.

Durante a atual gestão, o GDF resgatou o papel do planejamento urbano e territorial do DF. A retomada da qualidade de agente planejador, bem como da postura de requalificador dos espaços urbanos se deu mediante ações concretas, tais como:

- Conclusão e votação do Plano Distrital de Ordenamento Territorial – PDOT;
- Elaboração do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS;
- Elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico do DF – PPCUB;
- Elaboração do Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF– LUOS.

Neste período, o GDF assegurou uma efetiva implantação dos programas habitacionais – como o “Morar Bem” e o “Regularizou, é seu” – ao formular, definir, coordenar e fiscalizar a implementação das políticas com vistas à participação popular e à transparência de suas ações.

O desenvolvimento urbano visa não só garantir ao cidadão o direito de ter um local para morar, mas também o de ir e vir com qualidade de vida. Por isso, ao mesmo tempo em que enfrenta a questão fundiária e habitacional, a atual gestão investe em soluções de mobilidade a fim de criar um modal diversificado e eficiente.

No atual mandato, o Governo de Agnelo e Filippelli inverteu a lógica pré-existente, dando total prioridade ao transporte público coletivo em seu planejamento, consolidado e aprovado através do PDTU - Plano Diretor de Transporte e Mobilidade

Urbana, que virou lei Distrital em 2011, por proposta do Poder Executivo, e é instrumento fundamental para orientar as mudanças necessárias à mobilidade e transporte no DF, e que traz estímulos ao transporte público e restrição ao uso do automóvel.

Foi possível reconstruir o Sistema de Transporte Coletivo do DF, renovar a frota de ônibus e criar faixas exclusivas, modernizar e ampliar o metrô. Também foram criados os corredores exclusivos para os veículos leves sob pneus (VLP) do Expresso DF. Ressalta-se que o Eixo Sul – que liga Gama e Santa Maria ao Plano Piloto – já está em operação, outros Eixos (Norte, Oeste e Sudoeste) começam a ser desenvolvidos.

A diversificação dos meios de locomoção também passa pelo desenvolvimento do Plano de Mobilidade por Bicicleta, elaborado pela atual gestão em diálogo com os movimentos sociais e grupos de ciclistas da cidade. Já foram construídos 400 km de ciclovias e outros 200 km estão sendo desenvolvidos no Distrito Federal. Além disso, o plano inclui outras ações de incentivo ao uso de bicicletas.

Abaixo são apresentados sucintamente os avanços do primeiro mandato do Governo Agnelo, e lançadas as propostas para os próximos quatro anos.

3.1. Planejamento Urbano, Ordenamento Territorial e Preservação do Conjunto Urbanístico

As políticas retrógradas que dominaram o Distrito Federal no período que antecede 2011 foram responsáveis pela geração de um enorme déficit habitacional, pelo desordenamento territorial, desrespeito às áreas de preservação ambiental e aos padrões urbanísticos. Foi a política de doação de lotes, em situação precária e sem infraestrutura, sem equipamentos públicos como escolas, creches, praças, parques, postos de saúde, nem sequer sistema viário ou redes de abastecimento de água e energia elétrica.

Pondo fim a esse conjunto de práticas lamentáveis das gestões passadas, o Governo Agnelo estabeleceu como uma de suas prioridades o Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial, com respeito às normas urbanísticas e ambientais, com a previsão de toda infraestrutura necessária para um desenvolvimento sustentável e para a promoção da qualidade de vida em todas as áreas do Distrito Federal. É a partir dos avanços no Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial do DF que as

políticas de desenvolvimento habitacional, regularização fundiária, e melhoria da qualidade de vida nas cidades prosperarão em ritmo acelerado no DF.

Para tanto foram desenvolvidos os seguintes instrumentos:

1. PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial): Devido a ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente pelo TJDF sob o argumento de vício de iniciativa, alguns artigos da Lei Complementar nº 803/2009, que aprova o PDOT, foram julgadas inconstitucionais. Além disso, este PDOT aprovado em 2009 sofreu severas críticas e levantou suspeitas por beneficiar particulares. Assim, uma das empreitadas desenvolvidas desde o início da Gestão Agnelo, foi a de elaborar a atualização do PDOT, saneando-o e fazendo-o, de fato, cumprir seu papel de ordenar o desenvolvimento territorial. Este esforço resultou na Lei Complementar 854/2012.

2. PPCUB (Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília): Instrumento previsto na Lei Orgânica e no PDOT que rege as regras e projetos urbanísticos no Conjunto Urbanístico Tombado. O projeto de lei complementar foi alvo de contrato que acabou por ser cancelado antes de sua conclusão, de modo que a equipe do GDF deu consecução aos trabalhos e, em 2012, apresentou a primeira versão do PPCUB, que foi encaminhada à Câmara Legislativa do DF, iniciando um processo amplo de debate em 2013 entre a Câmara Legislativa, IPHAN, GDF, UnB e sociedade civil, que culminou em uma segunda versão, aprovada no CONPLAN no primeiro trimestre deste ano de 2014. Contudo, devido a Ação Judicial que suspendeu o funcionamento e as decisões do Conselho, o PPCUB aguarda para ser finalmente apreciado pela CLDF. Deve se ressaltar que mais uma vez o GDF assumiu o protagonismo em propor normas para preservar o patrimônio urbanístico de Brasília, em diálogo com a sociedade, e com o fito de estabelecer de forma transparente, os parâmetros para o desenvolvimento da cidade.

3. LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo):

Instrumento previsto na Lei Orgânica e no PDOT que rege as regras de uso e ocupação do solo nos imóveis urbanos do Distrito Federal a exceção das daqueles dentro do perímetro do Conjunto Urbanístico Tombado. O projeto foi alvo de contrato de consultoria que concluiu seus trabalhos em 2012 em conjunto com a equipe da SUPLAN. Como o PPCUB o projeto de lei

complementar foi apresentado a Câmara Legislativa do DF e os debates surgiram no decorrer do segundo semestre de 2013, motivados por segmentos sociais, empresariais e Câmara Legislativa, proporcionando à equipe do GDF a revisão e aprimoramento do projeto de Lei Complementar. Semelhante ao que ocorre com o PPCUB, aguarda o retorno do CONPLAN para conclusão do debate e retorno à CLDF para a aprovação da Lei.

4. Diretrizes Urbanísticas:

É previsão legal a elaboração de Diretrizes Urbanísticas para o parcelamento do solo urbano (lei federal nº 6.766/79 e PDOT). Tais diretrizes são ato inicial de orientação do parcelador do solo, tanto privado como público e buscam ordenar o crescimento e a implantação de parcelamento de maneira mais integrada observadas as diretrizes das legislações urbanísticas de ordenamento do território, as ações públicas setoriais entre outras.

a. No âmbito do interesse público o GDF emitiu de 2011 a 2014 – 14 diretrizes que abarcam os setores habitacionais destinados ao programa habitacional do governo – Morar Bem – e áreas de regularização como Vicente Pires.

b. Outras 9 diretrizes foram elaboradas atendendo a demanda de iniciativa privada ao parcelamento do solo. Destas se destacam a Diretriz da rodovia DF 140 (Região Sul-Sudeste) e a da Fazenda Paranoazinho e imediações (Região de Sobradinho e Grande Colorado);

5. Plano de Requalificação das áreas centrais:

O projeto prevê intervenções importantes de reforma e adequação dos Setores Centrais do Plano Piloto. Foi executado em parte ao redefinir o paisagismo do Eixo Monumental – trecho Congresso Nacional até Rainha da Paz. O Estudo Preliminar foi aprovado e teve anuência do IPHAN que o notabilizou como exemplo de compartilhamento e gestão integrada de governo local e federal;

Aprofundando a política de ordenamento territorial em curso, a partir das normas editadas no primeiro mandato, os próximos quatro anos do Governo Agnelo se apoiará ainda nas seguintes propostas para impulsionar o desenvolvimento sustentado e ordenado do DF:

- Aprovação do ZEE – Zoneamento Econômico e Ecológico.

- Conclusão dos Planos de Desenvolvimento de Local: destinados a estabelecimentos dos projetos de requalificação e dinamização das áreas urbanas do Distrito Federal. São ao todo 6 PDL – divididos na Unidades de Planejamento Territorial estabelecidas no PDOT, carecendo de definições presentes no Projeto de Lei Complementar da LUOS.
- Monitoramento das políticas setoriais para verificar a correta aplicação das estratégias do PDOT e das políticas setoriais com o objetivo de verificar e apontar as consonâncias ou mesmo as alterações de rumo praticadas. Este monitoramento é vital para posteriores alterações, revisões e direcionamentos dos instrumentos de planejamento urbano e territorial;
- Acelerar a aprovação dos parcelamentos do solo no Distrito Federal, sejam projetos do Programa Morar Bem, sejam projetos de particulares;
- Consolidação do Observatório Imobiliário enquanto mecanismo importante para a avaliação dos efeitos da política pública no mercado de imóveis do DF: O projeto em curso prevê o acompanhamento/monitoramento do mercado imobiliário e a edição de relatório de mercado imobiliário (editado desde 2011). O Acompanhamento e monitoramento é alvo de Acordo de Cooperação Técnica com o IPEA.
- Programa de Revitalização da W3 e de Centros Comerciais das Administrações Regionais - Realizar projetos, possivelmente concurso, para revitalização das avenidas W3 e para a revitalização de avenidas comerciais nas Regiões Administrativas, que carecem de Planos de Melhorias Visuais, Urbanização e Convívio, tendo ainda que contemplar soluções de mobilidade e estímulo às atividades comerciais.

3.2. Uso do Solo

Combater a ocupação e uso irregular do solo é um dos maiores desafios do DF. Trata-se de um tema complexo, com fortes componentes sociais, econômicos e ambientais, cuja abordagem requer acentuada reflexão, sensibilidade, determinação e clareza acerca do papel do Estado. É necessário equilibrar o compromisso com as futuras gerações do DF e o devido cumprimento da lei com o cuidado às populações menos favorecidas, que ao buscarem seu direito à moradia digna, muitas vezes foram induzidas à irregularidade e acabaram reféns de oportunistas e aproveitadores, que se apoiaram nas fragilidades do Estado e da população para auferir benefícios econômicos através da ocupação e uso irregular do solo.

Posto o cenário atual, resta claro que é imprescindível coibir o avanço da ilegalidade e regularizar o território, conscientizando a população acerca do prejuízo coletivo decorrente da irregularidade, punindo criminosos e fazendo valer a justiça e a responsabilidade social em todo o DF. Para cumprir essa difícil missão, cada órgão e cada entidade do Governo desempenha seu papel à luz de prioridades, critérios e métodos alinhados com uma Política Integrada de Governo, mostrando consistência, coerência e integração das ações estatais.

O trabalho de aprimoramento da Política de Combate à Ocupação e Uso do Solo no Distrito Federal reflete o reconhecimento de que, apesar dos programas que estão em curso no DF, as ocupações irregulares do solo no DF continuam a desafiar o Poder Público. Faz-se necessário, portanto, aprofundar medidas no sentido de retirar os principais entraves, aperfeiçoar e impulsionar as políticas públicas para que o DF supere esse enorme desafio que é fazer prevalecer em seu território a legalidade e a justiça social calcados no direito à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O uso do solo abarca as políticas fundiária, urbanística e habitacional, possuindo componentes econômicos, ambientais e sociais da maior relevância. Portanto, a construção de uma estratégia para o enfrentamento dos desafios que se colocam ao GDF no que tange à ocupação e uso irregular do solo ensejou uma forte interação entre os diversos órgãos e entidades do governo. Dada à abrangência e complexidade do tema e o número de interlocutores, optou-se por desmembrar a discussão nos seguintes subtemas, reconhecidos pelo governo como principais vetores para destravar a política em curso: i) Regularização Fundiária; ii) Fiscalização, Desobstrução e Repressão; iii) Infraestrutura Provisória em Ocupações Irregulares; iv) Prevenção e conscientização da população contra novas ocupações irregulares.

Para o segundo mandato do Governo Agnelo, são propostos os seguintes avanços:

- Aprimoramento Normativo – alterações nas principais normas que disciplinam a política, entre decretos, portarias e projetos de lei. E consolidação de toda a legislação e capacitação das equipes dos órgãos envolvidos, estabelecendo orientação e capacitação uniforme de todo o governo;

- Aprofundar a Racionalização dos Processos – simplificação e padronização dos procedimentos, estabelecimento de critérios e procedimentos, controle e compartilhamento das informações, iluminação das atribuições de cada órgão e seus agentes públicos, e responsabilização dos mesmos;
- Ampliar a Publicidade e Envolvimento da População – conscientização da população, agentes e líderes comunitários, alertando quanto aos riscos e penalidades, e mobilizando-os para contribuírem na proteção do solo, através da denúncia de invasões, do alerta aos riscos sociais e ambientais;
- Fortalecimento Institucional e Integração dos Atores Relevantes – fortalecimento institucional dos órgãos e entidades envolvidas na Política, integração e comunicação entre os órgãos e entidades, alinhamento e capacitação dos servidores e aumento da sinergia no âmbito do GDF e entre o GDF e a sociedade.
- Empoderar e fortalecer relações entre órgãos do Comitê de Combate ao Uso Irregular do Solo, dotando o comitê de uma estrutura capaz de monitorar permanentemente o solo do DF, processar denúncias, e proceder às operações de desobstrução de áreas com segurança, firmeza e diálogo com a população;
- Aproveitar instâncias participativas e utilizar a população para fiscalizar e denunciar novas grilagens, e garantir as condições para que todas as denúncias sejam apuradas e respondidas tempestivamente.

3.3. Sistema de Transporte Coletivo

Os investimentos em mobilidade urbana visam ampliar a capacidade do sistema de transporte público local, tornando-o mais moderno. Em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), R\$ 4,1 bilhões estão sendo aplicados na implantação do Expresso DF – Eixos Sul, Oeste e Norte, na expansão da Linha 1 do Metrô e no Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Entre os recursos aplicados está prevista também a elaboração dos projetos de expansão do Metrô e do VLT até o final da Asa Norte, assim como a aquisição de 10 novos trens e de 10 trens para o início da operação do VLT. Outro importante projeto que está em elaboração é do Expresso DF - Eixo Sudoeste, que ligará com sistema de BRT a região de Recanto da Emas e Riacho Fundo II ao Plano Piloto.

Além dos investimentos no âmbito do PAC, o GDF passou a organizar o Sistema de Transporte Público Coletivo por Bacias, realizando para elas a licitação de novos ônibus e projetos estruturais, considerando o novo modelo tronco-alimentado, com uma rede integrada. Os novos ônibus já estão em operação nas 5 bacias em que o DF foi dividido. São ônibus mais modernos, mais confortáveis e com acessibilidade.

Assim, para o segundo mandato do Governo Agnelo, prevê-se:

- Aprofundamento da Inversão de Prioridades iniciada no primeiro mandato, com cada vez mais estímulos para o uso dos transportes públicos coletivos e para as bicicletas, a partir do planejamento contido no PDTU, da integração de modais e expansão dos investimentos estratégicos no Transporte Público Coletivo.
- Aperfeiçoamento Contínuo da Mobilidade para os moradores da Região Sul do DF, a partir da avaliação dos impactos do Expresso DF - Eixo Sul e seus sistemas complementares.
- Conclusão do Expresso DF – Eixo Oeste, com corredores exclusivos e preferenciais de ônibus, além de estações, passarelas e ciclovias. Serão revitalizadas vias urbanas adjacentes, como a EPIG e a ESPM, além das avenidas Comercial, Samdu, Hélio Prates e a principal do Sol Nascente.
- Conclusão do Expresso DF – Eixo Norte, com corredores exclusivos e preferenciais de ônibus, no percurso entre as cidades de Planaltina, Sobradinho até o Plano Piloto. O projeto inclui melhorias viárias em Mestre D´Armas, Sobradinho e Plano Piloto. O corredor terá uma extensão de 68,8km.
- Ampliação do Metrô-DF, que contará com a expansão da malha metroviária, com aproximadamente 7,8 quilômetros a mais e cinco novas estações, conferirá maior capacidade e confiabilidade a esse meio de transporte no DF. O investimento também inclui a modernização dos sistemas de energia, sinalização e telecomunicações do Metrô. Além da expansão com as cinco novas estações com investimento de R\$ 700 milhões, a elaboração do projeto para a expansão da linha até o final da Asa Norte também é empreendimento selecionado para o PAC.
- Aquisição de 10 novos trens para a o Metrô DF, bem como, fornecimento de suas peças sobressalentes, tendo como objetivo a ampliação da atual capacidade de transporte de passageiros da modalidade metroviária, visando a expansão da Linha 1 do Metrô.
- Implantação do Sistema de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). O primeiro trecho a ser executado será na Linha 1, entre o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek e Terminal da Asa Sul, com 6,5 km de extensão. Serão adquiridos 10 Veículos Leves sobre Trilhos – VLT e de equipamentos especiais necessários a sua manutenção, para iniciar a operação comercial

do Trecho 1 da Linha 1 do Sistema de Metrô Leve de Brasília (VLT) que ligará o Aeroporto Internacional de Brasília ao Terminal Asa Sul.

- Implantação de estacionamento no Plano Piloto (espaço outorgado), com sistema de cobrança.
- Implantação de tarifa integrada em todo sistema de transporte público;
- Medidas de restrição ao uso do automóvel na área central;
- Estímulo à integração do transporte coletivo com automóveis e bicicletas;
- Criação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema viário e do sistema de circulação – operação pública e/ou privada;
- Modernização e Requalificação da Rodoviária do Plano Piloto
 - Elaborar Projeto ousado e disponibilizar recursos maciços para qualificar o “ambiente” da rodoviária, considerando Metrô, VLT e BRT. – Iluminação, Ventilação e qualidade do ar, segurança, acessibilidade, programação visual, jardinagem, higiene e limpeza etc.;
 - Fortalecer o Comitê de Gestão Integrada da Rodoviária – Sala de reunião, equipes da Administração uniformizadas, com capacidade de resolução imediata dos problemas mais rotineiros;
 - Ampliar a prestação de serviços públicos no local (SEDEST, SETUR, DFTRANS, DETRAN, ACESSA DF, SESP, SES);
 - Reduzir a exploração comercial na Rodoviária e lançar licitações para atração dos estabelecimentos desejados, dando preferência aos atuais ocupantes ou realocando-os mediante acordo;
 - Implantar projeto para transformar o estacionamento e adjacências da plataforma superior em uma área de uso recreativo (cafés, exposições, espaço de sociabilização), reduzindo o comércio irregular e a ocupação por veículos individuais;
- Desenvolvimento de novos projetos para o transporte público coletivo do DF:
 - Expresso DF Sudoeste (via EPNB): Corredor Samambaia Sul, Recanto das Emas Riacho Fundo I e II, Núcleo Bandeirante;
 - Expresso DF Metropolitano: Corredor Rodoferroviária, Estrutural SIA, Cidade do Automóvel, Vicente Pires, Taguatinga Norte, Ceilândia Norte;
 - Sistema Ferroviário (Metrô e VLT): Metrô Terminal Asa Norte – integração Linha 1 do VLT e BRT Norte. VLT Linha 1 - Aeroporto ao Terminal Asa Sul e Asa Norte (via W3); VLT Linha 2 – Esplanada dos Ministérios, Eixo Monumental a Rodoferroviária;

3.4. Mobilidade por Bicicleta

A atual gestão executa projetos para o incentivo do uso da bicicleta como meio de transporte. Nesse sentido, o GDF em parceria com a sociedade civil, elaborou o Plano de Mobilidade por Bicicleta do Distrito Federal e implementa uma política pública que integra três eixos: infraestrutura, mudança de comportamento dos cidadãos e serviços de incentivo ao uso da bicicleta.

Entre os projetos desenvolvidos estão:

- Bicicletas Compartilhadas – Só na primeira fase, são 40 estações de bicicletas compartilhadas para retirada e devolução no Plano Piloto. O sistema também será ampliado para outras Regiões Administrativas.
- Bicicletas escolares – Doação aos alunos da rede pública de bicicletas adaptadas para realização do transporte escolar. Já foram entregues 3 mil unidades e está prevista a compra de mais 12 mil unidades, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para contemplar outras cidades do Distrito Federal.
- Ciclofaixa do Lazer – Operação aos domingos e feriados de uma faixa do Eixo Monumental. Nesses dias, a faixa é exclusiva para os ciclistas.
- Malha cicloviária – O Distrito Federal atingiu a marca de 430 km de malha cicloviária e se tornou referência nacional com a maior do País. A oferta de infraestrutura trouxe mais segurança e reforçou o uso da bicicleta como uma alternativa de mobilidade urbana à população.
- Aplicativo Ciclovida DF – O aplicativo divulga rotas urbanas, rurais e toda a malha cicloviária do DF. Além de divulgar os pontos de interesse dos ciclistas, o aplicativo disponibiliza aos usuários a possibilidade de indicar lugares na malha cicloviária que necessitam melhorias e ajustes, contribuindo para a melhoria da malha cicloviária.

3.5. Pavimentação e Qualificação de Vias

O Governo tem atuado em diversas frentes para a melhoria do sistema viário, realizando desde pequenas intervenções para a redução de gargalos (como adequação de trechos e ampliação de faixas), como grandes obras que melhorarão a capacidade de tráfego das vias, bem como sua qualidade e segurança.

O Programa Asfalto Novo, por exemplo, contempla a recuperação estrutural de mais de 50% das vias de todo o Distrito Federal, com cerca de 6.000 km contemplados.

A ampliação e modernização da rodovia que dá acesso ao Aeroporto Internacional Juscelino Kubitscheck - DF 047, com a implantação de viaduto sob o Balão Sarah Kubitscheck, foi outra importante obra que que agilizou o acesso ao Aeroporto e reduziu o tempo de viagem dos usuários da saída sul de Brasília.

Dessa forma, dando continuidades às ações iniciadas no primeiro mandato, o GDF, sob a gestão Agnelo e Filippelli, avançará nos seguintes pontos:

- Conclusão da 2ª e 3ª etapas do Programa Asfalto Novo. Com a recuperação de Vias arteriais e coletoras locais de todas as RAs – contando com mais de 5.000km de vias.
- Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Além dos recursos investidos no âmbito do Asfalto Novo, em parceria com a União por meio de recursos do PAC, o GDF aplicará mais R\$ 600 milhões em obras de pavimentação e drenagem. É o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, com intervenções em Vicente Pires, Porto Rico, Buritis, Arniqueiras e Pôr do Sol. Aproximadamente 95 mil pessoas serão beneficiadas.
- Pavimentação asfáltica das estradas que dão acesso às escolas rurais do Distrito Federal – “Caminhos da Escola” e ampliação dos investimentos na qualificação das estradas vicinais da zona rural do DF.
- Nova Saída Norte: Corredor formado pela L2 Norte – UnB-L4 Norte, Ponte Lago Norte – Ponte Lago Norte ao Varjão; trecho DF 001 até BR 020;
- Implantação de estacionamento rotativo em superfície (parquímetros) e estacionamento subterrâneo no Plano Piloto;
- Implantação de bolsões remotos de estacionamento, com integração com sistema de transporte público;
- Desenvolvimento do Projeto do Anel Rodoviário do DF.
- Modernização do sistema de sinalização semafórica.

3.6. Energia

Em 2011, a Companhia Energética de Brasília - CEB se encontrava imerso em um cenário bastante difícil e preocupante: R\$ 867 milhões em dívidas, falta de recolhimento de ICMS, três meses de atraso no pagamento de fornecedores, empresa mais multada no Brasil, funcionários desmotivados e quadro reduzido de pessoal. O governo Agnelo resolveu recuperar a empresa para garantir o

interesse nacional e estratégico, garantir energia de qualidade à capital e melhorar a prestação de serviços para a população

Em um processo que levou mais de um ano, a empresa voltou a cobrar dos órgãos de governo, renegociou dívidas, renovou a frota de veículos e voltou a recolher o ICMS e anunciou lucros, após anos de prejuízos. Além disso, realizou investimentos da ordem de R\$ 650 milhões no período:

- Implantou novas subestações, como por exemplo as do Riacho Fundo, Samambaia Oeste, Cidade Digital, Estádio Nacional e Setor Hípico;
- Ampliou as Subestações do Sudoeste, Águas Claras Brasília Centro e SE-10;
- Implantou novas Linhas de Distribuição: Samambaia - Riacho Fundo, Santa Maria - Mangueiral, Riacho Fundo - Setor Hípico - Embaixadas Sul, Riacho Fundo - Sudoeste, Estádio Nacional - Sudoeste, Samambaia - Samambaia Oeste, Brasília Centro - Estádio Nacional e derivação da Linha Brasília Norte - Brasília Centro para a Cidade Digital;
- Instalou 18 novos transformadores, ampliando em 78% o número de transformadores da empresa, e em 26% a potência instalada;
- Realizou obras importantes nas redes de 15kV, com ampliação de subestações importantes como a de Riacho Fundo, Samambaia Oeste, Santa Maria, SIA, Lago Norte, Águas Claras, Região Central de Brasília, Setor Hípico, Planaltina e Gama.
- Cumpriu todos os compromissos com a Agência Reguladora de Energia Elétrica - ANEEL, para a realização da Copa do Mundo 2014, com investimentos que superam a marca de 120 milhões de reais.

Esses investimentos, juntamente com os esforços de manutenção e cuidados com a rede elétrica do Distrito Federal já resultam em melhorias significativas o número de interrupções no fornecimento de energia, bem como a duração destas interrupções, conforme apontam os indicadores da ANEEL.

A CEB também está investindo na sustentabilidade de Brasília, com ações como o programa "Cidadania com Energia", que entregou, somente no ano passado, 10 mil refrigeradores e 61 mil lâmpadas de baixo consumo à população mais necessitada do Distrito Federal, e com o projeto Brasília Ecomóvel, lançado em parceria com a Itaipu Binacional lançaram, com o objetivo de motivar a implantação da mobilidade elétrica inteligente no DF, reforçando a marca de transformação de Brasília em uma cidade moderna, competitiva e sustentável,

capaz de servir de modelo para o futuro das cidades, transformando o paradigma da logística urbana, para as frotas empresariais e para o transporte público.

Além disso, foi ampliada significativamente o número de famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica, que é um desconto na conta de luz destinado às famílias inscritas no Cadastro Único com renda de até meio salário mínimo per capita ou que tenham algum componente beneficiário do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). No Distrito Federal, em 2012 havia 24 mil famílias atendidas, já no ano de 2013, o número saltou para 82 mil famílias beneficiadas. Em 2014 estão sendo atendidas cerca de 80 mil famílias.

No próximo mandato do Governador Agnelo, os investimentos na CEB serão ainda mais significativos e os efeitos de todos os investimentos realizados até 2014 serão mais evidentes à população, que contará com uma Companhia Energética forte, capaz de prestar seus serviços com excelência e contribuir para o desenvolvimento econômico pujante e sustentável de Brasília.

3.7. Saneamento

O GDF, com o apoio fundamental do Governo Federal, sob a liderança dos presidentes Lula e Dilma, tem feito importantes investimentos em saneamento na capital da República, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Os recursos aplicados no Distrito Federal são da ordem de R\$ 453 milhões.

Algumas obras de relevante importância contemplaram a melhoria no tratamento do lodo da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Melchior (Samambaia) e ETES Sul/Norte, a ampliação do sistema de esgotamento sanitário em Vicente Pires, Samambaia, Lago Sul e Grande Colorado e a implantação do sistema de esgotamento sanitário nas cidades de Pôr do Sol e Sol Nascente.

Durante a gestão Agnelo, diversas regiões foram beneficiadas pelo PAC 2, devido à grande necessidade de investimentos na área, como Santa Maria, Brazlândia, Sobradinho e os condomínios São Bartolomeu e Jardim Botânico.

Em 2013, o DF firmou contratos para trazer mais investimentos em saneamento para quatro empreendimentos: a 2ª etapa da ampliação da ETE de Sobradinho e implantação do sistema de esgotamento sanitário dos condomínios La Font, Mansões Entre Lagos, Novo Horizonte, Setor de Mansões Dom Bosco e Colônia Agrícola Bernardo Sayão.

Além dessas obras que trarão grandes melhorias para o DF, também foi selecionada a elaboração de quatro projetos de engenharia para os Sistemas de Esgotamento Sanitário Melchior, de Recanto das Emas, de Planaltina e do Paranoá.

Atualmente, cerca de 83% do Distrito Federal conta com serviço de esgotamento sanitário. Com as obras garantidos pelo Governo Agnelo e o Governo Federal, o atendimento será ampliado para cerca de 90%.

No quesito Saneamento, são propostas para o segundo mandato do Governo Agnelo:

- Ampliação e operação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) nas Colônias Agrícolas Vicente Pires e Samambaia; do Lago Sul e Grande Colorado; do Setor Habitacional São Bartolomeu e Jardim Botânico; do Setor Ribeirão, em Santa Maria; do Setor de Mansões e Nova Colina, de Sobradinho; do Setor Incra 8, de Brazlândia.
- Implantação dos SES nos condomínios La Font, Entre Lagos e Novo Horizonte; no Setor de Mansões Dom Bosco; na Colônia Agrícola Águas Claras, na Vila IAPI e Bernardo Sayão; do Melchior; do Recanto das Emas; de Planaltina; do Paranoá
- Melhoria das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) Sul e Norte
- Implantação SES dos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente (trechos 2 e 3)
- Execução do Programa de Desenvolvimento institucional da CAESB

3.8. Abastecimento de Água

O desenvolvimento urbano e o crescimento populacional demanda, sistematicamente, o aumento da capacidade de fornecimento de água à

população. Por isso, os investimentos no setor de abastecimento foram planejados a longo prazo. Em parceria com o Governo Federal, o Governo Agnelo entregará à população os sistemas produtores de água Corumbá e Paranoá, que garantirão o abastecimento no DF até 2040.

4. EIXO III - **UM GOVERNO DA GENTE** – FORTALECENDO AS POLÍTICAS SOCIAIS

4.1. Educação

O Distrito Federal vinha experimentando a perda da qualidade do ensino público, a deterioração das condições físicas das escolas, a ausência de vagas na educação infantil, a carência de professores e auxiliares.

Desde o primeiro dia de governo, o governador Agnelo Queiroz a área de Educação foi priorizada, objetivando melhoria da qualidade da educação pública e acesso pleno às vagas em todos os níveis de escolaridade.

A sintonia com o Ministério da Educação tem permitido avançar em ações como a alfabetização de adultos, por meio do Programa DF Alfabetizado. Da mesma forma, a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem contribuído para assegurar que todas as crianças até os 8 anos estejam alfabetizadas.

O Distrito Federal também foi a primeira unidade da Federação a receber uma certificação nacional do Ministério da Educação pelo bom desempenho na erradicação do analfabetismo. Um selo, concedido pela pasta a municípios e estados que atingem mais de 96% de alfabetização, foi entregue, em 9 de junho, ao governador Agnelo Queiroz. Na capital, segundo pesquisa da Codeplan, 97,9% dos moradores sabem ler e escrever.

A retomada da gestão democrática possibilitou às escolas públicas o ambiente de democracia e liberdade tão fundamentais, como dizia Paulo Freire, para facilitar o aprendizado. A implementação de projetos como Educação em Movimento, Ciclos de Aprendizagem, Circuito de Ciências e Cine Mais Cultura torna a escola um lugar mais agradável e propício ao aprendizado.

Um novo projeto político pedagógico se coloca em prática com a realização da Conferência Distrital da Educação, que elabora o Plano Decenal de Educação no DF.

A contratação de educadores e os investimentos na formação, além das reformas e adaptações das escolas e construção de novas, prosseguem.

A construção de creches e centros de educação infantil contribui para ampliar a oferta de vagas neste segmento: foi pactuada com o governo federal a construção de 112 unidades, além de outras oito com recursos do tesouro local.

Amplia-se, também, o número de escolas que oferecem ensino em tempo integral, já universalizado na cidade de Brazlândia, e a quantidade de beneficiados com o Programa Cartão Material Escolar, lançado em 26 de fevereiro de 2013, que permite a compra de produtos de qualidade diretamente em papelarias, aumentando a autoestima dos alunos das escolas públicas. Até abril de 2014, foram quase 97 mil estudantes contemplados, num investimento de R\$ 36,29 milhões.

São objetivos do segundo mandato Agnelo/Filippelli:

- Universalizar, gradualmente, a oferta de vagas em creches e em escolas de educação infantil.
- Universalizar, gradualmente, a educação em tempo integral.
- Qualificar o ensino público por meio da educação continuada para professores e auxiliares, fortalecendo a EAP, por meio de convênios com as universidades.
- Concluir as reformas e ampliações de todas as escolas, assim como a construção de novas unidades, adaptando-as ao objetivo da educação em tempo integral.
- Intensificar o ensino técnico de forma a construir um polo de referência nacional.
- Valorizar os educadores a partir da negociação permanente com as entidades representativas e o GDF.

4.2. Saúde

Desde o ano de 1999, o Sistema Único de Saúde (SUS-DF) passava por um processo crescente de deterioração. A extinção da Fundação Hospitalar e a unificação de aquisições pelas Compras contribuíram para desestruturar o setor.

Ao assumir o Governo, Agnelo Queiroz iniciou uma exitosa tarefa de recuperação de toda a rede assistencial, assim como a implementação de um novo modelo, baseado no fortalecimento da atenção básica, na classificação de risco para a assistência emergencial, na recuperação e ampliação da rede física da saúde.

Um primeiro cuidado foi o de readequar a assistência à urgência/emergência. Foram realizadas reformas/ampliações dos prontos socorros, adotada a classificação de risco, feita a implantação e construção de UPAs, permitindo uma cobertura de 1,5 milhões de habitantes. Paralelamente investiu na aquisição de novos e modernos equipamentos e na construção de novos leitos de UTI. Em menos de dois anos foram instalados 133 novos leitos de UTI em Hospitais Públicos. Somados os leitos públicos e os conveniados, há 432 leitos disponíveis à população. Cinco novas UPAs foram implantadas aumentando a oferta na assistência da urgência/emergência na rede e reduzindo a fila de hospitais.

Na atenção primária, além do forte investimento em infraestrutura como a recuperação de diversos Centros e Postos de Saúde, a implantação de 9 Clínicas da Família, 42 Unidades Básicas de Saúde, a cobertura da Estratégia de Saúde da Família triplicou, ampliada para 282 as equipes.

Quanto à rede de atenção à Saúde Mental, foram ampliados para 12 o número de CAPS, atendendo à implantação da assistência aos usuários de drogas, além da atenção aos transtornos mentais.

A saúde do DF teve um avanço considerável também na área de transplantes, foram realizados cerca de 1.700 transplantes de rim, fígado, coração, córneas e medula óssea. Esse avanço foi possível com a recuperação de insumos e medicamentos para atender as demandas de transplantes.

O Distrito Federal também ampliou a aquisição de insumos e medicamentos permitindo facilitando o acesso aos mesmos por parte da população usuária do SUS.

Na intenção de continuar oferecendo excelência nos serviços de hemoterapia o Hemocentro do DF foi modernizado e reestruturado e o quadro de pessoal renovado.

Foram implantadas cinco “Carretas da Mulher”, promovendo o atendimento especial da saúde da mulher, oferecendo exames importantes como o de mamografia, e exames de prevenção do câncer cérvico-uterino e possibilitando o atendimento em áreas de difícil acesso e sem infraestrutura de saúde próxima. Desde a implantação cerca de 168.000 exames foram realizados.

Foi implantada, ainda, a Carreta da Visão, que tem como objetivo reduzir a demanda por cirurgias de catarata em todo o DF e entre os principais beneficiados estão os idosos. Inaugurada em 2014, em dois meses foram realizados mais de 31,8 mil atendimentos e mais de 17,3 mil cirurgias de catarata.

Um dos principais problemas que impactava a boa prestação de serviços era a carência de pessoal na rede pública de saúde e a necessidade de valorização dos servidores, que até 2010 ficaram à mercê do Estado. Por meio de uma reformulação e estruturação no quadro de pessoal, o Governo Agnelo contratou 15 mil profissionais para o atendimento à saúde da população.

Brasil Sorridente - Na área odontológica, por meio da adesão ao Programa Federal Brasil Sorridente, foram adquiridos equipamentos (consultórios, periféricos e vários instrumentais), ampliando para 88 o número de equipes de saúde bucal que atuam na atenção básica e ampliando também o serviço de cirurgias e traumatologia bucomaxilofacial oferecido no Hospital de Base.

Também foram implantados novos Centros Especializados de Odontologia, dobrando o número de unidades, além do funcionamento da Unidade Móvel Móvel, que atende a população de área rural oferecendo restaurações e outros procedimentos básicos. O Distrito Federal conta, pela primeira vez, com um Laboratório de Prótese Dentária credenciado pelo Ministério da Saúde.

São objetivos para o segundo mandato de Agnelo/Filippelli:

- Fortalecer o sistema público de saúde por meio de políticas de saúde que atendam a população dentro dos princípios do SUS.
- Universalizar a cobertura da Estratégia Saúde da Família.
- Implantação de Academias de Saúde - oferecerão atividades físicas adequadas e supervisionadas.

- Ampliar a oferta de programa de saúde bucal à toda a população, reforçando parceria para atendimento dos alunos da rede pública.
- Aprimorar os mecanismos de gestão para proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade e de forma integral, em todos os níveis de atenção.
- Informatização da rede de atenção básica para utilização do prontuário eletrônico.
- Concluir a segunda etapa do Hospital da Criança, em parceria com a Abrace.
- Prosseguir na adequação e modernização das infraestruturas de saúde pública, conforme as necessidades da rede física.
- Fortalecer ações de prevenção, por meio do reequipamento da Vigilância Sanitária, incluindo o fortalecimento do LACEN.
- Melhoria da rede de atenção à saúde mental.
- Implantar novas UPAs.
- Ampliar o atendimento pelas equipes de atenção domiciliar.
- Readequar os Prontos Socorros visando a humanização e melhoria no atendimento da população.
- Desenvolvimento de Programa de Excelência na gestão da Saúde Pública, a partir do aprimoramento da logística de insumos da saúde, da alocação eficiente dos profissionais de saúde, aprimoramento dos serviços terceirizados, monitoramento dos indicadores epidemiológicos, maior integração entre as redes de atenção básica e os serviços de urgência e emergência, promoção da excelência na gestão hospitalar, entre outros.
- Ampliar o Programa Brasil Sorridente e fortalecer o atendimento bucal no Distrito Federal.

4.3. Cultura

Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural da nossa cidade é uma das prioridades do Governo do Distrito Federal. Por isso, incentivar, apoiar, fomentar e difundir a cultura, em todas suas formas de manifestação, traduziram a necessidade de revitalizar espaços emblemáticos, dos quais já foram entregues à sociedade o Catetinho, o Cine Brasília, o Panteão da Pátria, o Espaço Lúcio Costa, o Centro Cultural Três Poderes, a Casa do Cantador, o Polo de Cinema em Sobradinho, a Igreja São Sebastião, a Igreja São José Operário e a Igreja São Geraldo.

Não obstante, encontram-se em obras espaços culturais como a Concha Acústica e Galeria Athos Bulcão. Melhorias no Teatro Nacional e no Museu de Arte estão sendo iniciadas. Também foi valorizado o Museu Nacional, que finalmente possui um acervo próprio. A Biblioteca Nacional pode também, pela primeira vez, contar com a aquisição de livros para seu acervo.

Brasília vivenciou momentos marcantes com a realização da 1ª e da 2ª Bienal do Livro e da Leitura, que trouxeram ao DF importantes escritores mundiais. O Festival de Cinema também ganhou novas feições com a reinauguração do Cine Brasília.

A Orquestra Sinfônica finalmente incorporou novos músicos, aprovados em concurso público, e adotou uma agenda que favorece a disseminação da música erudita, com apresentações semanais e a realização do Festival de Ópera de Brasília, já em sua terceira edição.

Com foco na democracia, o Governo do Distrito Federal incentivou a promoção de atividades de forma a garantir a diversidade cultural. Dentre as áreas contempladas, estão os eventos cristãos como as encenações da Via Sacra; as atividades tradicionais como o Boi de Seu Teodoro; os festejos de matriz africana como os festejos da Prainha; a arte cigana; além de eventos para a discussão de políticas de inclusão, celebração e conscientização das questões do gênero e LGBT.

Siscult - O Governo Agnelo buscou também democratizar a contratação de artistas pela Administração Distrito Federal, ampliando também a transparência para as escolhas dos artistas, através do SISCULT - Sistema de Cadastro Geral para Contratação Artística. Pelas novas regras, a contratação se dará por credenciamento e chamamento público, no caso de artistas locais.

O credenciamento consiste na formação de um banco de dados anual de artistas habilitados a serem contratados pela Administração Pública e a contratação dos artistas credenciados deverá respeitar o rodízio por estilo e área de atuação, sobre de acordo com a tabela anual de preços.

Além disso, a Secretaria de Cultura recebeu reforço no financiamento do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e uma nova unidade para operar a implementação da Lei de Incentivo à Cultura.

São objetivos para o segundo mandato de Agnelo/Filippelli:

- Dar continuidade à recuperação de monumentos e equipamentos culturais.
- Aprofundar a valorização dos artistas locais e a democratização das oportunidades de contratação pelo Poder Público.
- Aprimorar a realização dos festivais de Cinema, incentivando a produção local.
- Fortalecer a realização das duas próximas edições da Bienal do Livro e da Leitura.
- Promover as manifestações culturais que incentivam a sociabilidade, interação e cooperação entre as pessoas, sobretudo entre jovens, tais como: teatros, maracatus, grupos percussivos, orquestras, escolas de samba, corais, e grupos de dança, entre outros, propiciando alternativas salubres de cultura e lazer à população do DF;
- Fortalecer o Conselho de Cultura como espaço de diálogo entre o governo, artistas e produtores culturais do DF.

4.4. Assistência Social

O Distrito Federal, lamentavelmente, exibia a triste realidade da unidade federada mais desigual do país. Por meio de estudos, foram identificados os territórios mais vulneráveis, onde deveriam ser encontradas pessoas em situação de extrema pobreza. Constatou-se a ausência de foco na transferência de renda, que contemplava quatro bases de dados cadastrais, muitas vezes sobrepostas. Foi feita busca ativa, unificados e refeitos os cadastros, implantando-se finalmente o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Foram revistas as políticas de segurança alimentar e nutricional, com a adesão, em 2011, ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e elaboração do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (I PDSAN).

As conferências de Assistência Social prestigiaram a participação de usuários e redefiniram as ações de assistência. O Plano DF sem Miséria deu norte a ações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) e de outros órgãos do GDF.

Com a suplementação do Bolsa Família pelo Governo do Distrito Federal, nenhuma família beneficiária recebe menos do que R\$ 140 per capita. Em maio

de 2014, o Programa Bolsa família atingiu o número de 92.765 famílias beneficiadas, sendo que destas 62.880 receberam a suplementação do DF Sem Miséria.

Em 2 de julho de 2014, o Distrito Federal foi reconhecido oficialmente por ter erradicado a extrema pobreza e a pobreza, de acordo com os parâmetros técnicos estabelecidos pelas Nações Unidas. O DF conseguiu reduzir para 2,4% o percentual da população com renda inferior a R\$ 140 per capita, percentual que supera tecnicamente a extrema pobreza e a pobreza segundo parâmetros estabelecidos pelas ONU.

As políticas sociais desenvolvidas também auxiliaram ao Distrito Federal deixar de ser o estado com o maior índice de desigualdade no País. O Programa Cidade Acolhedora ampliou o Serviço de Abordagem Social. Por meio deste serviço é possível garantir apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de rua em todo o DF, cuidando dessas famílias e indivíduos de maneira diferenciada, com dignidade e respeito. Com isso, muitas pessoas foram orientadas e ajudadas para que saíssem de situação de rua. Essa postura do GDF rompeu com as antigas práticas, que enxergavam pessoas em situação de rua como um problema de polícia ou de limpeza, e não como um problema social que requer abordagem humanitária.

O acerto do conjunto das ações de desenvolvimento social permitiu que Brasília praticamente superasse a extrema pobreza e caminhasse firmemente para superar a pobreza, pelo critério de renda. Permitiu, ainda, que fossem reduzidas, pela primeira vez no DF, as desigualdades sociais.

Em abril de 2013, foi criado o CIISC/DF, Comitê Gestor Intersetorial com o objetivo de promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis do DF, por meio de ações de acesso à saúde, educação, moradia, trabalho e renda. Uma dessas ações é a implantação de 12 centros de triagem, uma central de comercialização e uma escola de formação para catadores e a coleta seletiva em todo o DF, implantada no primeiro semestre de 2014, com a entrega do material coletado nos galpões de triagem, que serão administrados pelas cooperativas de catadores.

São objetivos do segundo mandato de Agnelo/Filippelli:

- Aprofundar a implementação do DF sem Miséria, prosseguindo na busca ativa, na oferta de serviços públicos de qualidade e na busca incessante pela geração de emprego e renda para a população.
- Ampliar a política voltada para criação de espaço para o jovem (educação, esporte, emprego, assistência), assim como combate à discriminação: de gênero, étnica, de opção sexual.
- Ampliar e qualificar as ações de assistência social, implantando novos CRAS, CREAS e Coses.
- Concluir a construção do Restaurante Comunitário do Sol Nascente e implantar unidades nas áreas mais vulneráveis.
- Fortalecer o programa Cidade Acolhedora, dirigido à população em situação de rua, ampliado o número de CRE-Pop, concluindo as unidades de acolhimento destinadas a este público.
- Fortalecer as políticas de segurança alimentar e nutricional, privilegiando a relação com a produção da agricultura familiar e dando cumprimento às diretrizes do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional.

4.5. Esportes

A promoção dos Esportes também são uma marca da primeira gestão Agnelo/Filippelli, além de estimular os eventos esportivos em cada Administração Regional, o Governador empenhou-se em atrair grandes eventos, como o Campeonato Brasileiro de Futebol, a Olimpíada 2016, a Universíade 2019, além de apoio a eventos náuticos, corridas e maratonas, à Liga Nacional de Basquete Novo Basquete Brasil, ao futebol amador, à Superliga de Vôlei, e tantas outras atividades.

O Distrito Federal realizou com competência os eventos esportivos realizados entre 2011 e 2013, a Copa das Confederações, a Gymnasiade 2013 - Jogos Mundiais Escolares e a Copa do Mundo de 2014, demonstrando possuir infraestruturas adequadas a esses grandes eventos, preparo na garantia da segurança pública necessária à realização deles, além de constituir um legado para a população do DF a utilização desses espaços públicos.

Brasília também foi escolhida pela ONG Atletas pelo Brasil, composta por atletas de renome no esporte nacional, como Raí, Ana Moser, Bernardinho e Cafu, para participar do Programa Cidades do Esporte, que estimulará as atividades

esportivas na cidade, a partir de um balanço dos recursos e equipamentos disponíveis e de um planejamento para potencializar o esporte local.

Destacam-se também a construção dos Centros Olímpicos e Paralímpicos, que têm como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade atendida, oferecendo alternativa às atividades sócio recreativas, esportivas e de lazer, em que são trabalhados valores como cooperação, solidariedade, pensamento crítico e autoestima.

O DF conta atualmente com 11 Centros Olímpicos em funcionamento e mais 01 em construção. Somente no mês de fevereiro de 2014, houve cerca de 48 mil atendimentos nos Centros Olímpicos, em diversas atividades esportivas, de lazer, além de cursos profissionalizantes e atendimentos no Programa Saúde da Família.

O objetivo do Governo Agnelo para a próxima gestão é ampliar os serviços dos Centros Olímpicos, com fornecimento de mais vagas e atividades esportivas. Realizar os grandes eventos esportivos já projetados para os próximos anos e atrair cada vez mais eventos, fazendo do Distrito Federal um dos principais, se não o principal, destinos de eventos esportivos, bem como uma cidade reconhecida pela prática extensiva de esportes por toda a população e pela formação de atletas de destaque no país e no mundo.

4.6. Idosos

No intuito de fortalecer a execução das políticas voltadas à pessoa idosa, o Governo do Distrito Federal instituiu, em agosto de 2011, a Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal, com a missão de promover ações para a efetivação dos direitos da pessoa idosa, combater a violência e os maus-tratos contra o idoso, oferecer-lhes atividades esportivas, culturais e de lazer.

Em dezembro de 2013, foi lançado o disque-idoso, com o objetivo de proporcionar à população idosa do DF um canal direto e gratuito para denúncias e informações úteis. No mesmo dia, foi inaugurado, na estação de metrô da 112 Sul, o Espaço do Idoso.

Em uma demonstração de que as políticas voltadas a esse grupo específico são prioritárias para o governo, o equipamento conta com instalações modernas e

confortáveis da sede da Secretaria e do Conselho dos Direitos do Idoso do D. Conta ainda com atendimento jurídico ao idoso com renda de até dois salários mínimos, além de servir de ponto de apoio para várias atividades, como posto de vacinação em campanhas da Secretaria de Saúde.

São objetivos do segundo mandato de Agnelo/Filippelli:

- Criação do Centro de Atendimento Integrado do Idoso – espaço onde se implantarão diversos equipamentos para atendimento, com destaque para:
 - Centro de Atenção Interdisciplinar à Saúde do Idoso (CAISI) – oferecerá cuidados básicos de saúde, atendimentos e problemas menos complexos de saúde, fisioterapia e ações de promoção da saúde.
 - Instituto de Longa Permanência para Idosos (ILPI) – oferecerá acolhimento institucional com característica domiciliar com capacidade para até 50 idosos.
- Implantação de Academias de Saúde - oferecerão atividades físicas adequadas e supervisionadas.
- Construção de centros de convivência do idoso – espaços de convivência e atividades para esse público.

4.7. Mulher

O Distrito Federal foi escolhido pelo Governo Federal para iniciar a implantação do Programa “Mulher, viver sem violência”, a partir da implantação da Casa da Mulher Brasileira, destinada ao atendimento integrado à mulher em situação de violência.

A Casa da Mulher Brasileira, com a construção iniciada em junho de 2014, ofertará serviços de segurança, justiça, assistência social, qualificação profissional, emprego e renda, habitação, brinquedoteca, central de transporte integrado ao SAMU e alojamento de passagem. O local servirá de apoio e referência de serviços especializados para a mulher.

O Governo do DF investiu também na reforma da Casa de Passagem, que oferece abrigo de curta duração (cerca de 15 dias) para mulheres vítimas de violência. Além disso, implantou três Centros Especializados de Atendimento

à Mulher (CEAMs), para orientações gerais sobre os direitos da mulher e a rede de atendimento.

Esses serviços vêm garantindo o atendimento social, psicológico e jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência. Ao longo de 2011/13 mais de 6 mil mulheres foram atendidas nestes Centros. Outra unidade está em fase de finalização.

O Governo do DF conta, também, com dois ônibus da mulher que percorrem regiões de difícil acesso, como as áreas rurais. Nos ônibus, são oferecidas orientações sobre os direitos da mulher e sobre a rede de atendimento, além de atendimento social, psicológico e jurídico.

Como garantia de saúde da mulher, o GDF investiu na criação de cinco Carretas da Mulher. Os veículos percorrem as cidades para realizar exames de mamografia, ultrassom e Papanicolau. Desde o início do programa até a primeira quinzena de junho de 2014, foram realizados cerca de 168.000 exames.

Propostas para o segundo mandato:

- Ampliar o programa Mulher, Sem Violência, com o pleno funcionamento da Casa da Mulher e o aumento da oferta de serviços jurídicos, psicológicos e sociais para vítimas de violência;
- Instituir e fortalecer o atendimento itinerante de forma a levar os serviços da rede para as comunidades com maior dificuldade de acesso;
- Manter e ampliar os serviços da Carreta da Mulher, com a realização de exames e consultas médicas para a população feminina das regiões administrativas do DF.

4.8. Criança e adolescente

Uma das principais políticas públicas do Governo do Distrito Federal diz respeito à proteção às crianças e adolescentes. As ações são desenvolvidas em diversas secretarias e atuam de forma intersetorial e fortalecem a rede protetiva.

O Distrito Federal é autossuficiente na captação e fornecimento de leite humano. Essa conquista foi reconhecida pelo Ministério da Saúde e o Distrito Federal recebeu o título de "Capital Brasileira dos Bancos de Leite Humano".

O DF conta atualmente com quinze bancos de leite, dos quais, dez são da rede pública distrital, dois federais (HUB e HFA) e três são privados, além de três postos de coleta (dois públicos e um privado). O Governo investiu em infraestrutura adequada, tem um programa estruturado e conta com o engajamento das mães que contribuem doando o seu leite.

Em 2013, o programa beneficiou 11 mil bebês prematuros e de baixo peso com cerca de 17,4 mil litros de leite. Neste ano, a Secretaria de Saúde contabilizou, de janeiro a abril, 5.712 litros de leite humano coletados.

Pensando no atendimento da criança na perspectiva de atendimento de saúde o GDF firmou com a sociedade civil e organizações sociais, o Hospital da Criança José Alencar oferece atendimento de média e alta complexidade às crianças, com destaque para tratamento de câncer e hemopatia.

Educação - O governo local tem trabalhado fortemente para o fortalecimento da educação a partir da primeira infância. Pensando nisso, o GDF tem investido pesado nesta área: foi pactuada a construção de 112 creches com o governo federal, além de outras 8 com recursos do tesouro local. No total, 20 já foram inauguradas, e mais 41 unidades que estão em construção e 1 em contratação.

Para melhor atender a educação da criança e do adolescente, o governo implementou as escolas em tempo integral, com permanência mínima de 7 horas por dia na escola com oferta de até 5 refeições diárias. Com isso, o aluno desenvolve atividades esportivas e culturais, recebe complementação pedagógica e uma alimentação adequada, além de ficar longe das ruas. O GDF já atendeu no ano de 2011 com 13.662 alunos, em 2012 o programa atendeu 13.502 alunos. No ano de 2013, a Secretaria de Educação dobrou o atendimento para 25.471 alunos.

A universalização da Educação Integral começou por Brazlândia, onde 23 escolas contam com essa modalidade de atendimento, beneficiando mais de 8 mil crianças e adolescentes. Atualmente no Distrito Federal já são mais de 50 mil alunos beneficiados com a Educação Integral.

Adolescente em conflito com a lei - O Distrito Federal realizou mudanças profundas no sistema socioeducativo. O governo construiu 3 novas unidades de internação que contam com espaços adequados, como áreas para cursos e oficinas, proporcionando um ambiente mais favorável à ressocialização dos adolescentes. Além das novas unidades, outras foram reformadas e ampliadas, proporcionando a criação de 640 novas vagas.

O Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) foi implantado e seu objetivo é prestar atendimento inicial ao jovem que praticou algum ato infracional. O espaço, que oferece 30 vagas, reúne serviços nas áreas de saúde, educação, justiça, segurança e desenvolvimento social. Em 2013 foram realizados 4.342 atendimentos.

Hoje a rede oferece melhores condições para recuperação dos internos e reinserção na família e na sociedade. As ações de governo nesse setor possibilitaram a desativação do antigo CAJE (março/2014). Com foco na ressocialização e capacitação para o trabalho, em 2013 foram qualificados 861 adolescentes por meio do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Propostas para o próximo governo

Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Garantir a implementação dos objetivos e metas definidas no Plano Distrital pela Primeira Infância e no Plano Distrital de Convivência Familiar e Comunitária;
- Promover políticas intersetoriais de prevenção a violações de direitos de crianças e adolescentes;
- Fortalecer políticas públicas para o adolescente enquanto sujeito de direitos;
- Garantir a emissão do Registro de Nascimento para 100% dos recém-nascidos antes da alta hospitalar;
- Erradicar o sub-registro civil de crianças e adolescentes;
- Erradicar a fome e a desnutrição em crianças menores de 5 anos;
- Garantir ações de prevenção, cuidado e tratamento para 100% de crianças e adolescentes usuárias de álcool e outras drogas;

- Erradicar o analfabetismo de crianças maiores de 8 anos de idade e de adolescentes;
- Reduzir em 85% o número de crianças e adolescentes em situação de rua;
- Erradicar o trabalho infantil na faixa etária de 10 a 14 anos e intensificar a redução com vistas à eliminação na faixa etária de 14 a 17 anos;
- Ampliação do atendimento de educação infantil, na modalidade de creche, para atendimento a toda demanda existente de crianças de 0 a 3 anos, inclusive por meio de instituições conveniadas e na modalidade de pré-escola para atendimento de toda a demanda existente de crianças de 4 a 5 anos, inclusive com oferta de educação integral;
- Ampliar o acesso a políticas e programas que garantam o direito ao esporte e ao lazer, assegurando a participação de crianças e adolescentes com deficiência;
- Reduzir em 2/3 a razão de mortalidade materna;
- Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015;
- Reduzir em 2/3 terços a mortalidade de crianças de até 6 anos de idade;
- Promover a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- Fortalecer a implementação de políticas de aprendizagem no DF, conforme a Lei da Aprendizagem;
- Fortalecer e ampliar as ações do Programa Jovem Candango;
- Universalizar a oferta de Educação Integral no DF.

Proteção e Defesa de Direitos

- Garantir a integração e ampliação de serviços de atendimento especializado a crianças e adolescentes em situação de violência sexual e tráfico de pessoas;
- Implementar ações de busca e atendimento a crianças e adolescentes desaparecidos;
- Financiamento integral dos serviços de acolhimento institucional ofertados pela rede complementar de assistência social do DF;
- Implantar serviço de acolhimento familiar no DF;
- Fortalecer o combate ao tráfico de drogas no DF;

- Universalizar em igualdade de condições o acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para efetivação dos seus direitos.

Gestão da Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Ampliar a oferta de formação continuada para profissionais que atuam na área da primeira infância e do atendimento especializado às situações de violência sexual.
- Fortalecimento da Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente, a qual se vinculam administrativamente, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF e os Conselhos Tutelares.
- Criar a Escola Distrital de Socioeducação.
- Construção de novas unidades de internação provisória em localidades distantes de complexos penitenciários.
- Ampliar a quantidade de vagas para atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Criação de uma seção de atendimento à criança e ao adolescente em cada delegacia de polícia circunscricional.
- Realização de concursos públicos para provimento de forma qualificada dos cargos necessários ao bom e perfeito funcionamento dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, no que for de sua competência;

4.9. Igualdade Racial

O primeiro mandato do governo Agnelo/ Filippelli é marcado pela criação da SEPIR, pelo combate ao racismo, pelo lançamento das campanhas do Disque Racismo, pela Campanha Copa Sem Racismo, pela elaboração e envio à CLDF do Projeto de Lei de Cotas raciais nos concursos públicos do GDF, além do apoio à população afrodescendente e às comunidades tradicionais do DF, através de campanhas e eventos voltados a este enorme segmento da população local, que enfrentam ainda, diuturnamente, o desafio de acabarem de uma vez por todas com todo tipo de discriminação racial.

Para continuar avançando nesta temática, o segundo mandato do Governo Agnelo, propõe-se a:

- Aprovação e regulamentação da lei que estabelece a política de cotas raciais em concursos públicos do Distrito Federal em todos os editais do Distrito Federal;
- Ampliação das campanhas contra o racismo e fortalecimento do Disque Racismo;
- Valorização das populações ciganas, e das comunidades tradicionais do Distrito Federal;
- Promoção de eventos que valorizam a diversidade étnica e racial e promovem as culturas historicamente oprimidas;
- Aprofundamento de estudos e políticas que demonstrem os efeitos da discriminação racial no DF e ajudem a formular políticas afirmativas para combatê-la;
- Adesão ao Plano Juventude Viva do Governo Federal, que busca enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

4.10. Juventude

A Política Distrital de Atenção ao Jovem ganhou atenção especial neste governo, a partir de importantes ações como a eleição direta para os representantes da sociedade civil nos 16 conselhos de juventude do DF e a instituição de uma rede de controle social das políticas públicas voltadas a esse público específico, com mais de 300 atores institucionais legitimados.

O GDF em 2013 implantou o Centro de Juventude Móvel (unidade móvel dotada de equipamentos culturais, informática e gravação de músicas), que percorre as regiões do DF e já atendeu cerca de vinte mil jovens e realizou gravações de cerca de 200 artistas e grupos. Encontra-se em funcionamento o Centro de Juventude da Cidade Estrutural, inaugurado em maio passado e encontra-se em fase de construção o Centro de Juventude de Ceilândia, com previsão de inauguração prevista para o mês de julho/2014.

Emprego para jovens - O Distrito Federal instituiu o Programa Jovem Candango para contratar jovens em sua primeira experiência no mercado de trabalho. O programa beneficia jovens entre 14 e 18 anos, que estejam cursando o ensino fundamental, médio ou Educação de Jovens e Adultos - EJA, para que possam aprimorar suas habilidades e conhecimentos. O público prioritário é de jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social. na área

administrativa. Os primeiros mil adolescentes selecionados pelo programa tomaram posse no último dia 06 de junho. 58 filhos de catadores. Os demais cadastrados participarão das outras duas etapas.

Emprego - O GDF em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, implantou o Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, um programa de qualificação social que visa a capacitação de jovens entre 18 e 29 anos, que estejam cursando ou concluído o ensino fundamental ou médio, mas que não tenham iniciado ou concluído o nível superior. O programa oferece a oportunidade de inserção no mercado de trabalho a quem esteja em situação de desemprego e a integrantes de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo. Os alunos recebem auxílio financeiro no valor de R\$ 600 (R\$ 100 por mês), lanche, auxílio transporte, material didático, kit estudantil contendo lápis, borracha, caneta, apontador, caderno, régua e mochila, além de seguro contra acidentes pessoais. São oferecidos diversos cursos, distribuídos nas áreas de Construção e Reparos, Saúde e Administração. A primeira turma, concluída em março de 2014, formou 2.844 jovens.

Educador Social Voluntário - esse programa tem a finalidade de selecionar jovens para atuar em ações de suporte nas Unidades Escolares que desenvolvem atividades de Educação em Tempo Integral. O programa deu continuidade ao Programa Jovem Educador Voluntário e no ano de 2013 atendeu a 1.884 jovens. Para o grupo deste ano estão sendo atendidos 1.662 jovens.

A jornada diária do Educador Social Voluntário em cada Unidade Escolar tem duração máxima de 04 (quatro) horas, com direito ao ressarcimento diário de R\$ 22,00 (vinte e dois reais), correspondente a disponibilização de recursos para alimentação e transporte.

Caminhos da Cidadania - O Programa é uma continuidade do Programa Pro Jovem Adolescente, que até 2012 era executado em parceria com o MDS, e atende a adolescentes de 15 a 17 anos que estão nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos - COSES e integrantes de famílias do Bolsa Família. O objetivo é de acompanhar as ações para a juventude em situação de extrema pobreza e pobreza, por meio da articulação do Serviço de Convivência com o acompanhamento escolar e a qualificação profissional/acesso ao mundo do

trabalho. O Programa oferece, ainda, uma bolsa de R\$ 190,00 mensais, depositados em conta no BRB e tem uma duração prevista de 24 meses.

- Criação e Preservação de ambientes saudáveis de sociabilização da juventude, com garantia de segurança, e presença do Estado também para promoção das políticas de conscientização e estímulo às atividades sociais, culturais e esportivas – Espalhados no Território de acordo com os índices de vulnerabilidade social e violência e com horários de funcionamento que exceda o horário de fechamento de bares, restaurantes e igrejas. A criação de vínculos com a população jovem pode ser a chave para a redução da violência e do consumo de drogas.
- Valorização dos Artistas Jovens Locais a partir do SISCULT e outras políticas culturais do DF;
- Articulação da Política Cultural com a Política de Juventude, inclusive com a Implantação de Pontos de Cultura integrados com Centros de Juventude;
- Estabelecer plano de comunicação diferenciado para a população jovem (internet, revistas e jornais, rádio e TV).

4.11. Pessoa com Deficiência

Em março de 2013, o Distrito Federal aderiu ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite. Foi constituído o Grupo de Articulação e Monitoramento, composto por 16 órgãos e entidades distritais. O objetivo desse plano é garantir uma sociedade inclusiva, com sistema educacional e equipamentos públicos acessíveis, participação igualitária no mercado de trabalho e ampliação do acesso às políticas de assistência social e de combate à extrema pobreza, entre outras medidas.

Durante o ano de 2013, foi elaborado o Plano Distrital de Políticas Públicas de Inclusão para Pessoas com Deficiência - Viver sem Limite DF. Concluído, o Plano atua em ações coordenadas de forma intersetorial, totalizando 35 Projetos vinculados aos seguintes eixos: Educação, Saúde, Inclusão Social e Acessibilidade.

Por meio do Plano Viver sem Limite DF, o Governo do Distrito Federal ratifica o seu compromisso na garantia a inclusão das pessoas com deficiência, retirando as barreiras que impedem a efetivação desse direito.

Propostas para o segundo mandato

A fim de criar cada vez mais condições para as pessoas com deficiências, o Governo Agnelo fortalecerá as seguintes políticas inclusivas, divididas nos quatro eixos do Programa Viver Sem Limite:

- Educação
 - Escola Acessível
 - Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola
 - Caminho da Escola
 - Salas de recursos multifuncionais
 - Educação Bilíngue
 - Formação de Professores e Concurso para Professores de Libras
 - Pronatec
 - Escola Pública Integral Bilíngue
- Saúde
 - Centros Especializados de Habilitação e Reabilitação
 - Oficinas Ortopédicas
 - Transporte para Acesso à Saúde
 - Identificação e Intervenção Precoce das Deficiências
 - Atenção Odontológica às Pessoas com Deficiência
 - Diretrizes Terapêuticas
 - Saúde Acessível para Usuários e Servidores
 - Projeto Equoterapia
- Inclusão social
 - Centro de Referência de Esporte para Pessoas com Deficiência
 - Inclusão da pessoa com Deficiência em Atividades Culturais
 - BPC no trabalho
 - Implantação de Residências Inclusivas
 - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
 - Centros-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência
 - Acolhimento Institucional
 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

- Capacitação de Servidores Públicos
- Centro integrado de atendimento à pessoa com deficiência - Ciapede
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - Ações de Habilitação e Reabilitação
- Agência Modelo - Central de Atendimento
- Acessibilidade
 - Acessibilidade em Obras e Equipamentos Públicos
 - Treinamento Cão-Guia
 - Acessibilidade no Sistema de Transporte Público Individual e Coletivo
 - Programa Minha Casa, Minha Vida / Morar Bem
 - Crédito Facilitado para Aquisição de Produtos de Tecnologia Assistiva
 - Programa Nacional de Tecnologia Assistiva
 - Projeto Ações Fiscais para Acessibilidade

4.12. Habitação e Regularização Fundiária

A estratégia adotada para a política de habitação objetivou implementar ações visando a zerar o Déficit Habitacional no Distrito Federal, com foco prioritário nos projetos de provimento habitacional de interesse social.

Em 2011, o GDF lançou a Nova Política Habitacional, com o Programa Morar Bem, apresentando o primeiro pacote de habitações de interesse social com 10 mil unidades habitacionais.

O programa visa ao provimento de solução habitacional completa com infraestrutura e equipamentos públicos; adensamento de áreas urbanas para otimização da infraestrutura implantada; e financiamento das unidades habitacionais, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com a finalidade de oferecer a oportunidade da casa própria para quem precisa e em condições especiais.

As unidades habitacionais serão situadas em cidades com infraestrutura completa: rua asfaltada, água encanada, luz e escritura em nome dos beneficiários.

Aproximadamente 6 mil moradias foram entregues, dentro dos empreendimentos Jardins Mangueiral, Parque do Riacho e Paranoá Parque. No momento, mais de 6 mil beneficiários estão em fase de avaliação pelas instituições que financiam os empreendimentos.

Estão previstos, dentro dos empreendimentos em processo de licitação e obras iniciadas, a entrega de 100 mil moradias.

No cadastro do Morar Bem estão inscritas 375 mil pessoas, desse total 211 mil já foram convocados e 103 mil habilitados para prosseguir no processo de avaliação financeira pelas instituições. Estão previstas a entrega de mais 90.156 unidades habitacionais sob as égides do Programa Morar Bem, todas com completa solução em saneamento básico.

Propostas

- Intensificar a política habitacional por meio do Programa Morar Bem, de forma a zerar o déficit habitacional do DF
- Realizar progressivamente e de forma contínua a entrega das moradias aos beneficiários contemplados pelo programa

5. EIXO IV – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Graças aos investimentos bem sucedidos do primeiro mandato do governador Agnelo, Brasília desponta como sede de megaeventos como a Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas, Encontro Mundial da Água e Olimpíadas Universitárias. Recebe convenções, seminários, encontros, feiras e congressos. Além disso, é porta de entrada para a maior área agrícola e maior rebanho do país, e porta de acesso aos mercados do nordeste, norte e centro-oeste e referência do Brasil, da América do Sul e do mundo.

Coloca-se diante do novo mandato a necessidade de manter preservado o núcleo central de Brasília, tombado como patrimônio da humanidade, e impulsionar a industrialização dos limites internos e externos do quadrilátero do DF. Essa decisão é essencial para atender as novas demandas por emprego, renda e qualidade de vida, sobretudo nas regiões administrativas mais afastadas do núcleo central e nos demais municípios da RIDE.

É a partir do fortalecimento da base industrial desenhado pelo GDF que será revertido o desequilíbrio da balança comercial do DF. Em 2011, a composição do PIB no segmento de comércio e serviços se representou com 93,2% de toda a atividade econômica, sendo a Administração, Saúde e Educação Pública representam 58,4% do total, ou seja, o setor público representa 54,4% de todo o PIB. Como consequência desse modelo, 92% dos produtos industrializados e 87% dos produtos agrícolas que o DF consome vêm de outras unidades da federação e de fora do país. Esta dependência de produtos de fora transforma a maior renda per capita do país no maior exportador de renda.

O Distrito Federal está no ponto equidistante dos extremos nacionais. É servido por rodovias federais, malha ferroviária e tem o terceiro maior aeroporto em movimento do país. É sede do Governo Federal, Tribunais Superiores e Poder Legislativo. Abriga as Agências Reguladoras e os principais bancos de fomento. É um enorme mercado consumidor, ampliado pelo eixo econômico Brasília-Anápolis-Goiânia.

O Distrito Federal chegou a 2,8 milhões de habitantes e será, em breve, o terceiro grande centro urbano do país, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. De

acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referentes ao ano de 2011, o Produto Interno Bruto - PIB do Distrito Federal é de R\$164,5 bilhões, representando 4% no PIB do País. A economia, centrada no segmento de comércio e serviços, exige alternativas que serão possíveis com a construção da plataforma industrial projetada pelo GDF.

No Programa de Governo para o período de 2011 a 2014 foram pensadas políticas públicas com o objetivo de realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão; garantir ao cidadão atendimento de saúde integral e humanizado; aumentar a qualidade de vida, promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais; propiciar educação pública gratuita, democrática e de qualidade social para todos; reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, garantindo renda, proporcionando acesso a serviços e gerando emprego e renda nas áreas rural e urbana; desenvolver a economia, diversificando a base econômica e potencializando as vocações do DF e garantir a segurança pública por meio do uso inteligente de recursos humanos e tecnológicos.

Os resultados esperados foram a ampliação da geração de emprego e renda; a redução da criminalidade; a melhoria da mobilidade urbana; a desoneração do serviço público do DF; o aumento da capacidade de investimento do Estado; a redução da desigualdade social e a melhoria dos indicadores econômicos e sociais

Para avançar com as transformações iniciadas na Gestão Agnelo / Filippelli, o GDF precisa impulsionar a diversificação da economia local, o que deve ter como consequência a descentralização do desenvolvimento econômico, criando novos polos produtivos nas extremidades do quadrilátero do DF e preservando a área de Brasília. Com isso, serão criados empregos mais próximos dos locais de moradia reduzindo de forma significativa o movimento pendular periferia-centro-periferia que estrangula toda a estrutura de mobilidade urbana.

No sentido de desenhar um projeto inovador e de excelência para o DF, o governador Agnelo Queiroz idealizou o projeto Brasília 2060, que tem como missão transformar Brasília em uma das cidades mais competitivas do mundo por meio de um plano estratégico para os próximos 50 anos. O planejamento contempla a elaboração de estratégias de desenvolvimento, que incluem a construção de um novo aeroporto (cidade aeroportuária, cargas e passageiros), centro financeiro

internacional, parque tecnológico, centro logístico e ampliação do parque industrial, dentre outros balizadores para o desenvolvimento sustentável de Brasília.

Com isso, a política de industrialização distrital estará alinhada com a política industrial do Governo Federal e com o Planejamento apontado no Plano Brasília 2060, sendo capaz de potencializar negócios nacionais e internacionais e dar sequência às estratégias e iniciativas levadas a efeito pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC e a Agência Brasileira de Promoção da Exportação e Investimento-APEX, bem como pela diplomacia brasileira. A diversificação produtiva provocará o incremento na arrecadação, com impacto virtuoso no orçamento do Governo. Possibilitará o aumento da capacidade de investimentos do DF em atividades de saúde, educação, segurança, lazer, cultura, ciência e infraestrutura.

Distrito Federal entra com vigor no ambiente de negócios do Brasil e do mundo. Antes tido apenas como capital administrativa do Brasil, Brasília se converte numa nova fronteira do desenvolvimento industrial nacional. Nesta perspectiva o Governo Agnelo faz sua parte para que isto se torne realidade.

Assim, a política industrial do Distrito Federal toma como base as seguintes diretrizes:

- Implantação, ampliação e melhorias da infraestrutura e a logística necessárias ao desenvolvimento produtivo
 - Ampliar a oferta de energia e o fornecimento de água no Distrito Federal;
 - Ampliar as rodovias distritais e federais;
 - Adaptar a ferrovia Brasília-Luziânia para uso de veículo leve sobre trilhos;
 - Promover a ligação Brasília-Anápolis-Goiânia para transporte de cargas e passageiros e articular junto ao Governo Federal a construção do ramal Uruaçu (GO) – Corinto (MG) que deverá passar próximo a Planaltina, área do novo Aeroporto de Cargas do DF.
 - Promover a realização de estudo de viabilidade para a implantação de gasoduto para atendimento das cidades de Brasília, Anápolis, Goiânia e região. O gasoduto que pode ter origem na bacia do São Francisco em Minas Gerais ou estender a rede de São Paulo pelo triângulo mineiro,

Goiânia e Anápolis, estabilizando e garantido o suprimento energético à região.

- Disponibilização de áreas para a implantação e ampliação de empreendimentos industriais;
 - Aumentar a oferta de áreas para a implantação de projetos de desenvolvimento econômico, dando oportunidade para empresas de pequeno, médio e grande portes, em consonância com o Plano Brasília 2060.
 - Promover a implantação de projetos âncoras, intensivos em conhecimento, tecnologia e design, com capacidade de transbordo das cadeias produtivas, cujas empresas são intensivas em mão-de-obra, para os demais municípios da RIDE.
 - Organizar o adensamento geográfico de fornecedores de insumos e organizações correlatas das empresas de determinados setores de atividade, compondo uma cadeia produtiva, possibilita a formação de clusters como geradores de vantagem competitiva.
 - Promover articulação com prefeitura dos municípios da RIDE para criação de distritos industriais e polos.

- Ampliar a visibilidade do DF como destino de novos investimentos e plantas produtivas.
 - Promover a imagem de Brasília enquanto polo de desenvolvimento mundial, apontando as oportunidades, potenciais e vocações do Distrito Federal e entorno;
 - Promover a inserção do DF em feiras, mostras e encontros nacionais e internacionais, dando publicidade aos estímulos para a atração de investimentos na capital do Brasil;
 - Atrair convenções, encontros e eventos nacionais e internacionais, transformando Brasília em um dos principais destinos de negócios do país, e, com isso, expor a oferta de oportunidades de investimentos no DF.

- Atração, adensamento e fortalecimento das cadeias produtivas dos setores estratégicos:
 - Promover a formalização da atividade industrial do DF e demais municípios da RIDE;

- Buscar a participação dos municípios da RIDE no processo de atração, adensamento e fortalecimento das cadeias produtivas do DF;
- Identificar novas oportunidades de adensamento de cadeias produtivas.
- Desenvolver a competitividade de empresas locais, especialmente de micro e pequenas empresas que podem aproveitar as oportunidades do adensamento de cadeias produtivas.
- Promover a diversificação da pauta de exportações do DF
 - Ampliar estímulos ao setor farmacêutico, ao segmento tecnologias da informação e comunicação e ao setor Agropecuário, sobretudo de alimentos e produtos de consumo de luxo, a exemplo de flores especiais.
 - Estimular a internacionalização das empresas do DF e atrair empresas exportadoras.
- Atrair empresas com alta capacidade de geração de emprego e renda, em segmentos intensivos em conhecimento e tecnologia com alto valor agregado, que utilizem mão de obra com maior qualificação e induza a inovação e uso de modernas tecnologias e designs.
 - Apoiar empresas dos segmentos de alimentos, bebidas, calçados, têxtil, confecções, comércio atacadista e varejista e comércio eletrônico, higiene, produtos pessoais e cosméticos, moveis, entre outros, sempre voltados ao desenvolvimento de produtos com alto valor agregado e com potencial de desenvolvimento das cadeias produtivas.
 - Atrair empresas de grande porte como o setor automotivo, náutico, defesa, economia verde (energia renovável, saneamento e resíduos sólidos), serviços (financeiros, logístico, da saúde e turismo), TIC/Complexo eletroeletrônico, entretenimento, além do setor tradicional de construção civil. Nesses casos, importa a atração de segmentos intensivos em mão de obra e em conhecimento, não poluidores e consoantes com o desenvolvimento sustentável da região.
- Implantação e fortalecimento de soluções de governança necessárias ao desenvolvimento produtivo e à melhoria do ambiente de investimentos;
 - Estimular o consumo de produtos da indústria local por empresas e consumidores finais locais.
 - Apoiar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento.

- Desburocratização dos procedimentos de licenciamentos, concessões de alvarás e registros de empresas;
 - Melhorar eficiência dos serviços públicos, adotar técnicas de processos simplificados, e fortalecer o e-government;
 - Consolidar e simplificar sistemas jurídicos, fiscais e de processos regulatórios;
 - Ampliar a utilização do poder de compra do setor público distrital para desenvolver e diversificar o setor industrial do DF.
- Promoção da qualificação de pessoal, atração e retenção de talentos para o desenvolvimento e diversificação da indústria no DF
 - Atração e retenção de talentos, a partir da promoção de um ambiente culturalmente estimulante, cosmopolita, de tolerância e respeito à diversidade e com alto padrão de qualidade de vida;
 - Estímulo à cadeia educacional, potencializando a concentração de mestres e doutores no DF, e consolidando a região como polo atrator de pessoas de alta qualificação.
 - Estímulo à atração de docentes e estudantes e de ciências da natureza aplicadas e engenharia;
 - Fortalecimento da educação básica e do ensino profissionalizante, com a atualização de currículos e procedimentos acadêmicos, e com a valorização do professor (também em termos remuneratórios), conferindo condições para o desenvolvimento de conteúdos propícios ao desenvolvimento de indivíduos críticos e aptos à construção de uma sociedade melhor, mas também preparados ao exercício das atividades produtivas.
 - Incentivos à docência e à imigração temporária para profissionais estrangeiros;
 - Aprofundamento do Programa Brasília sem Fronteiras;
 - Fortalecer e disseminar ações de qualificação e capacitação profissional da mão-de-obra;
 - Promover a indústria e o setor produtivo como opção atrativa para a carreira profissional;
 - Promover interação entre a indústria, as incubadoras, os empreendedores e as instituições de ensino superior e técnico;
 - Estimular a inovação e o empreendedorismo e criação de um ambiente favorável a incubadoras e startups;

- Promoção de linhas de crédito para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Simplificar o acesso a linhas de crédito e financiamento.
 - Estimular a melhoria da qualidade dos projetos de grandes empreendimentos
 - Celebrar convênios com instituições de apoio ao micro e pequeno empresário para a elaboração de projetos;
 - Ampliar a linha de crédito rural, de modo a aumentar e facilitar o acesso do pequeno e médio produtor ao crédito rural governamental.
- Estabelecer uma agenda ambiental para o desenvolvimento industrial.
 - Induzir e estimular a gestão sustentável das indústrias no DF;
 - Regulamentar a política distrital de resíduos sólidos, de acordo com a lei nacional;
 - Estimular novos projetos industriais e agropecuários com controle de impactos ambientais;
 - Estimular a redução de impactos ambientais de projetos já instalados;
 - Ampliar o estímulo à indústria de reciclagem.
- Promover o alinhamento das políticas tributárias com as demais unidades federativas.
 - Ampliar a articulação com os governos dos estados que compõem a RIDE para alinhamento das políticas tributárias.
 - Ampliar a articulação com os governos dos demais estados para alinhamento das políticas tributárias.

5.1. Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa

O Governo do Distrito Federal iniciou a implementação de políticas públicas voltadas para os pequenos negócios (microempreendedores individuais, micro empresas e empresas de pequeno porte) a partir da publicação da Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011. Essa Lei recepcionou a Lei Complementar nº 123/2006, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Desde a publicação da Lei nº 4.611/2006, o governo realizou as seguintes ações:

- Fortalecimento da primeira Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária do país;
- Criação das Diretorias de Desenvolvimento Econômico na estrutura das Administrações Regionais, o que propiciou maior proximidade do governo com os empreendedores;
- Programa Cartão Material Escolar (realizado pelas Secretarias de Educação e da Micro Empresa e Economia Solidária);
- Programa de Microcrédito Próspera (realizado pela Secretaria do Trabalho);
- Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2012, firmado com o SEBRAE no DF, com objetivo de executar a Lei nº 4.611/2006. Por meio desse acordo está em andamento os Projetos Territórios da Cidadania, que visa promover o desenvolvimento econômico local das regiões de baixo IDH, e Compras Governamentais, que visa promover a participação dos pequenos negócios nas compras governamentais;

5.2. Projeto Territórios da Cidadania:

Dentre as principais ações desenvolvidas na Gestão Agnelo, no âmbito do Projeto Territórios da Cidadania está a realização do Curso de Formação Básica para 64 (sessenta e quatro) Agentes de Desenvolvimento Territorial com a função de atender o empreendedor, fazendo com que as políticas públicas cheguem a ele e que as demandas do empreendedor sejam conhecidas pelo governo. Também foram capacitados mais de dois mil empreendedores nas áreas de atendimento ao público, gestão de negócios, fluxo de caixa, crédito, formalização, entre outros.

Além disso foram designados 62 Agentes de Desenvolvimento Territorial, sendo dois agentes por Administração Regional, e foram realizados eventos de integração com as Secretarias da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária, do Trabalho, de Desenvolvimento Econômico, de Turismo, Administrações Regionais, Coordenadoria das Cidades, Junta Comercial e SEBRAE;

O Projeto contou ainda com a inauguração de doze Salas do Empreendedor nas Administrações Regionais (Vicente Pires, Gama, Riacho Fundo I e II, Paranoá, Itapoã, SCIA e Núcleo Bandeirante, Planaltina, Recanto das Emas, Brasília e Lago Sul). A Sala é um espaço único na cidade, que centraliza todos os serviços e programas destinados aos pequenos negócios, tais como: formalização de

microempreendedores individuais, capacitação, consultoria de negócios, consulta prévia, emissão de alvará de atividade econômica, fomento aos negócios a partir de linhas de créditos junto aos Bancos e Prospera. Ademais, foi criado o fórum de Empreendedores Locais nas Administrações Regionais;

Com a reeleição do Governador Agnelo e do Vice-governador Filippelli, o Projeto Territórios da Cidadania no DF ganhará novo impulso, consolidando e aprofundando a política de estímulo e apoio aos microempreendedores individuais – MEI, Microempresas – ME e Produtores Rurais, estreitando o diálogo entre sociedade, governo e agentes de fomento, promovendo a qualificação e alinhamento de todos os envolvidos no projeto, e desburocratizando o acesso dos empreendedores locais às linhas de crédito, e às licenças e alvarás necessários à formalização dos novos negócios.

5.3. Principais Ações do Projeto Compras Governamentais

- Capacitação dos servidores das áreas de compras das Secretarias e das Administrações Regionais quanto à aplicação dos benefícios do Capítulo de Acesso à Mercados, da Lei nº 4.611/2011, quais sejam compra exclusiva de até R\$ 80.000,00, cota reservada de 25%, subcontratação de 30%, direito de preferência e direito de saneamento;
- Capacitação dos empreendedores para participarem das compras governamentais;
- Elaboração de editais padrão contendo os benefícios da Lei nº 4.611/2011;
- Realização de seis licitações públicas nas Administrações Regionais do SCIA, Gama, Cruzeiro e Ceilândia obedecendo os parâmetros da Lei nº 4.611/2011, que resultou na contratação de pequenos negócios dessas regiões, o que fomentou as economias locais;
- Valorização do Capítulo de Acesso a Mercados, da Lei nº 4.611/2011, pelo GDF e estímulo às Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais através do Prioriza MPE;
- Criação do Banco de Empreendedores (em parceria com o SEBRAE) onde as empresas poderão se cadastrar para receber do governo avisos das licitações em andamento, por segmento de negócio, e também poderão conhecer outras empresas para formação de parcerias, o que facilita a participação delas nas licitações de Subcontração Compulsória, assim como banco de fornecedores, com uma base com 100.000 (cem mil) empreendedores do Distrito Federal já cadastrados.

A partir da realização de fóruns e pesquisas com os empreendedores nas cidades identificou-se que para melhores resultados das políticas públicas para esse segmento, faz-se necessário:

- Maior aplicação do tratamento favorecido e diferenciado nas contratações públicas com a realização de licitações exclusivas de até 80.000,00, cota reservada de 25% e Subcontratação Compulsória de 30%, especialmente nas contratações realizada pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- Publicidade do planejamento anual de compras do governo para que os pequenos negócios organizem ser arranjos produtivos para participarem das licitações públicas;
- Regulamentação da Lei nº 4.611/2011, especialmente, dos Capítulos II – Do Registro e da Autorização, III – Do Regime Tributário e do Incentivo Fiscal, IV Da Inovação Tecnológica e do Ambiente de Apoio à Inovação e VI – Do Acesso ao Crédito;
- Padronização dos cadastros de fornecedores para participação nas compras públicas;
- Implementação de certificação digital relativos às certidões necessárias aos licitantes para participação nas compras públicas;
- Criação de um programa de recuperação dos pequenos empreendedores;
- Redução do tempo de abertura e fechamento de empresas. A atual legislação do DF prevê prazos de até 60 dias, quando em outros estados, como é o caso de Alagoas, esse prazo cai para até 5 dias;
- Criação de um sistema on line de emissão e acompanhamento de licenças de atividade econômica, que permita ao cidadão acompanhar a tramitação do seu processo;
- Regulamentação da Sala do Empreendedor de maneira que as atividades sejam padronizadas e estendidas à todas as Administrações Regionais;
- Informatização dos atendimentos realizados nas Salas do Empreendedor com objetivo de geração de relatórios estatísticos que embasem a elaboração de novas políticas públicas para os pequenos negócios.

5.4. Desenvolvimento do Turismo

Políticas públicas

A partir da consolidação da política pública, da existência de uma legislação consistente e do monitoramento é que se torna possível um desenvolvimento do

turismo em um território. Portanto, se propõe como principal eixo para a continuidade de ações, as políticas públicas, que muito já avançaram nos últimos quatro anos, entretanto ainda possuem lacunas e fragilidades a serem trabalhadas.

Propostas:

- Adequação de legislações específicas para o turismo (Transporte Turístico Regional)
- Incentivos fiscais para o desenvolvimento do turismo
- Parcerias Público-privadas para a comercialização de produtos e serviços turísticos (turismo receptivo)
- Implementação de um Programa Permanente de Turismo Cívico no DF
- Garantir a manutenção e ampliação do sistema de monitoramento do turismo no DF (Observatório do Turismo)
- Potencializar o capital humano para o setor de turismo - legislação, formação, absorção pelo mercado e concursos públicos
- Realização de benchmarking visando possibilidades de conhecer formas de desenvolver o turismo e aprimorá-las para Brasília
- Potencializar o Fundo de Fomento à Indústria do Turismo (FITUR), por meio de incremento de receitas oriundas da atividade turística
- Fortalecer o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia

Infraestrutura

A infraestrutura é o que torna possível a atividade turística no destino. É imprescindível que antes de se desenvolver um destino turístico, ele possua infraestrutura condizente com o produto turístico. Sendo assim, se propõe a ampliação de infraestruturas para equipamentos de lazer, bem como para eventos, que se configuram como os principais segmentos turísticos da capital federal.

Propostas:

- Desenvolvimento de infraestrutura da Orla do Lago Paranoá - comércio, entretenimento, lazer, pontos de convivência (por meio de parcerias público-privadas - PPPs)

- Ampliar a infraestrutura para eventos
- Revitalizar a W3 Sul - comércio, lazer e cultura
- Criação de parques temáticos por meio de PPPs

Promoção do destino

A promoção do destino se revela como importante alavancador da atividade turística. O maior legado da Copa do Mundo FIFA 2014 é justamente a ampla promoção das cidades sedes, na qual Brasília tem se destacado como destino turístico, encantando brasileiros e estrangeiros de forma intangível. Se faz necessário dar continuidade a essa exposição positiva das cidades para atingir aos mercados prioritários e incrementar o turismo na cidade.

Propostas:

- Criação do Plano de Marketing do Destino Brasília/DF a partir dos estudos e pesquisas realizadas pela Secretaria de Turismo, reforçando as prioridades de mercado nacional e internacional e a imagem da cidade
- Incentivo a utilização dos Parques, Lago e Ciclovias enquanto produto turístico, com valor agregado a cidade;
- Envolvimento das Regiões Administrativas na atividade turística, se apropriando das riquezas e potencialidades do Entorno, sobretudo do turismo no espaço rural
- Potencializar os segmentos já consolidados no destino: cultural (turismo de lazer e arquitetônico) e Negócios e Eventos (Reforçado pela captação de grandes eventos)
- Reforço de Brasília/DF como Patrimônio Cultural da Humanidade
- Potencializar a promoção do Brasil Central e fortalecer a Agência de Desenvolvimento do Turismo no Brasil Central (ABC).

Captação de eventos

Já foram constatados os benefícios financeiros e econômicos advindos da realização de grandes eventos. Brasília tem se destacado no Brasil e no mundo pela sua capacidade de realizar grandes eventos dos mais diversos segmentos (esportivos, culturais, corporativos e técnico científico). Apoiada na promoção do

destino a capacitação de grandes eventos complementa o desenvolvimento pleno do turismo na Capital, diminuindo a sazonalidade e gerando emprego e renda para a população do DF

Propostas:

- Fomentar a captação de grandes eventos que fortaleçam o turismo no destino e gere fluxo turístico
- Fortalecer a estrutura (capital humano e econômico) para a captação de eventos para o destino Brasília/DF
- Criação do Plano de Captação de Eventos do DF
- Atendimento das exigências e incrementos demandados para a realização dos grandes eventos já captados

5.4. Ciência e Tecnologia

O Governo Agnelo também mostrou seu comprometimento com a Ciência e Tecnologia, seja no incentivo à pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, seja na promoção da ciência junto à população. Foram lançados os editais para participação de pesquisadores em eventos de natureza Científica, Tecnológica e de Inovação, com investimentos superiores a R\$ 5 milhões voltados para pesquisadores doutores ou mestres e alunos de graduação que fazem parte de programas de iniciação científica.

Os editais contribuem para movimentar a economia local. Alunos e pesquisadores têm espaço para divulgar os resultados das pesquisas, além de disseminar as instituições científicas, tecnológicas e de inovação do DF para outros estados e nacionalidades.

O programa Brasília Sem Fronteiras também foi lançado pelo Governador Agnelo com a missão de impulsionar a formação de líderes, a geração de conhecimento, a competitividade, a criação de oportunidades e a melhoria da qualidade de vida do Distrito Federal e do Brasil. Integralmente custeado pelo Governo do Distrito Federal (GDF), o programa Brasília Sem Fronteiras oferece educação, imersão e capacitação internacionais em centros de excelência no mundo. Os participantes desenvolvem visão global, capacidade de liderança e comportamento empreendedor capazes de transformar positivamente o ambiente onde trabalham e vivem.

Outro evento de destaque à Ciência e Tecnologia do DF foi a reforma e

reinauguração do Planetário de Brasília, que já recebeu milhares de visitantes e que promove o conhecimento científico aos alunos da rede de ensino distrital, e à população em geral.

No quesito de Inclusão Digital, o DF aderiu ao Programa do Governo Federal “Cidades Digitais”, tendo na Estrutural a é a primeira região administrativa do Distrito Federal a fazer parte do programa, numa iniciativa para democratizar o acesso à rede mundial de computadores.

Além disso o Projeto “Sinal Livre” é a internet pública DF, que disponibiliza à população livre acesso à rede mundial de computadores em pontos estratégicos do DF. Em 2014 o Governo do Distrito Federal colocou no ar o Sinal Livre, um dos maiores projetos de rede metropolitana pública de internet sem fio (Wi-Fi) da América Latina. O acesso à internet transforma a vida das pessoas. Ao alcance de poucos cliques, cidadãos podem se informar sobre temas relevantes da vida cotidiana, a exemplo de Educação, Trabalho, Saúde e Cultura. Considerando os aspectos tecnológicos, esta ferramenta é uma das mais modernas do mundo e única no Brasil, em termos de configurações de equipamentos, softwares e

Com esta nova ferramenta pública, o GDF trabalha para proporcionar à população conexão pública, rápida e de qualidade. Neste primeiro passo, o sistema atenderá até 15 mil usuários simultâneos. Inicialmente, o acesso à rede pública será na área externa do Estádio Nacional Mané Garrincha, Rodoviária de Brasília, Centro de Convenção Ulysses Guimarães, Planetário de Brasília, Torre de Televisão, Setores Hoteleiros de Brasília e parte do Parque da Cidade. No lançamento, o Sinal Livre oferece ao usuário uma conexão inicial com a velocidade mínima de 256 Kbps e capacidade para até 15 mil usuários simultâneos.

Com a expansão do sistema para as demais Administrações Regionais, o número de acessos simultâneos será ampliado para dezenas de milhares de usuários em todo DF. O sistema é gerenciado por um Datacenter do GDF, capaz de mapear o fluxo da navegação e gerenciar as conexões de forma a garantir a qualidade da navegação para a população.

A Gestão de TI no DF buscou nova estratégia de resgate do controle do sistema de Tecnologia de Informação, não só pelo investimento em tecnologia, mas também voltando a obter o controle das informações governamentais. Esta nova gestão de TI adotada pelo Governo baseou-se na rescisão de excessivos contratos de serviços terceirizados e no investimento em infraestrutura própria e modernização do Data Center do governo, bem como a centralização dos dados, o que gerou economia da ordem de R\$ 150 milhões aos cofres públicos do Distrito Federal (DF).

Ações como manutenção e desenvolvimento dos sistemas corporativos, gestão do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CeTIC) e assuntos afetos à TIC corporativa, antes dispersos em contratos terceirizados, retornaram ao controle do Estado e as operações contam com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A ampliação das redes de dados e capacidade de armazenamento de informações governamentais como, por exemplo, lançamento de 8Km de fibras óticas deram celeridade aos sistemas governamentais. Acordos de cooperação técnica com a Universidade de Brasília e Rede Nacional de Pesquisa permitiram que o GDF e os conveniados promovessem o compartilhamento, a manutenção e o planejamento conjunto da expansão e da utilização de infraestrutura de fibra ótica e conhecimentos técnicos.

Também foi licitado serviços de fábrica de software, que permitirão o desenvolvimento de novos sistemas de informações e portais para intranet e internet, promovendo uma maior integração entre os sistemas internos do governo. A contratação da empresa, por meio de licitação pública, permitirá que o GDF forneça à população respostas mais rápidas às suas demandas. Ao todo, esse novo serviço deverá atender a 26 unidades do Governo, dentre elas 19 secretarias, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, a Fundação Hemocentro e a Fundação de Apoio à Pesquisa.

Outras ações realizadas no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) foram a publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Além disso, foram criados o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações da SEPLAN (Portaria nº 41, de 20 de fevereiro de 2013) e a Junta Gestora de Tecnologia da Informação e Comunicação – JGTIC (Decreto nº 34.183, de 04 de março de 2013).

5.5. Agricultura e o Desenvolvimento Rural

Um dos maiores desafios do Governo é a articulação intersetorial e atuação sistêmica para dar sinergismo aos esforços investidos e melhor satisfazer as necessidades da população. Nesse sentido o Governo Agnelo assumiu a responsabilidade de articular tanto as instituições do Sistema Agricultura (Ceasa, Emater, SEAGRI), quanto os outros setores do GDF e do Governo Federal para melhor atender as demandas da área rural. Esta iniciativa rompeu uma estagnação de elaboração e execução de políticas públicas específicas para o espaço rural e teve diversas iniciativas que culminaram com a criação de marcos legais, a exemplo da Lei que institui o PAPA DF (Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do DF).

Foi proposta uma matriz de planejamento com nove programas estratégicos (Produzir, Abastecer, Melhor Ambiente, Sanidade Total, Terra Legal, Assentar, Infraestrutura Rural, Organização Rural e Renda Rural), de abrangência multidimensional para o enfrentamento dos principais desafios do espaço rural. Essa matriz, resultado de um amplo processo de consulta e participação, foi consolidada nas Conferências de Desenvolvimento Rural nos anos de 2011 e 2013 com a participação direta de 2.000 agricultores e agricultoras.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural e o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal, têm tido uma participação ativa principalmente para o exercício de gestão e controle social, que resultou em um excelente nível de transparência das ações, e mais oportunidades àqueles desiguais, que passaram a ter um tratamento diferenciado e específico para inclusão sócio produtiva. A realização de diversos chamamentos públicos foram os instrumentos mais utilizados para coroar de sucesso esse processo.

Na regularização fundiária ocorreu um processo de consolidação de condutas e procedimentos, a partir da edição do novo decreto para a regularização das terras rurais nº 34.931/2013, assim como a criação da Diretoria de Regularização Fundiária na TERRACAP para tratar diretamente dessa questão. Atualmente existem mais de 3,5 mil processos de regularização em andamento e 500 contratos de concessão de uso assinados. A meta é atingir com esses processos as Concessões de Direito Real de Uso e a Escritura Definitiva conferindo dignidade e segurança jurídica aos agricultores, assim como permitindo a ampliação dos investimentos privados.

Para enfrentar o desafio de novas ações intersetoriais o Governo Agnelo investiu na renovação e expansão quadro de funcionários da CEASA (23), na EMATER-DF (112) e na SEAGRI (117). No âmbito da Assistência Técnica ocorreu um crescimento em torno de 63% de famílias atendidas, sendo que 3.800 delas estão localizadas em oito municípios da RIDE. Na feira da AgroBrasília foi criado um novo Espaço de Valorização da Agricultura Familiar para demonstração de inovações tecnológicas de fácil apropriação por este segmento produtivo. Em 2014 o Espaço contou com mais de 8.500 participantes. Foi necessário qualificar pessoas físicas e jurídicas para terem acesso às políticas públicas específicas para a agricultura familiar. Subiram de 4 para 15 as organizações com DAP e de 1.000 para 3.800 as pessoas físicas com esta declaração.

O crédito rural teve um crescimento de 2010 a 2013, para investimento, de 170% na agricultura familiar e 134% para agricultura empresarial. A atuação inédita do BRB no PRONAF colaborou de forma decisiva para esse crescimento. O Fundo de Desenvolvimento Rural, totalmente reformulado no Governo Agnelo, ampliou aplicação de recursos em oito vezes em relação a 2010 passando a ser efetivamente um instrumento de apoio a produção rural. Também passou a admitir o financiamento de projetos coletivos e comunitários, sem reembolso. O Fundo de Aval, também reformulado, viabilizou o acesso a mais de 4 milhões de reais em créditos. O PROSPERA na área rural superou a marca de 2 milhões de reais aplicados em microcrédito em 2013.

Foi criado o Programa de Patrulhas Agrícolas que atende a 23 organizações sociais e mais de 1.000 agricultores na prestação de serviços de mecanização. O Parque de máquinas da SEAGRI foi modernizado com a aquisição de novos equipamentos. Além de investir em assistência técnica e crédito rural também foram desenvolvidas políticas para escoamento da produção familiar, com a aquisição de 7,1 mil toneladas de alimentos de 1.950 agricultores no valor de R\$ 35,8 milhões por meio dos programas PAPA, PAA e PNAE. A implantação do Banco de Alimentos na CEASA-DF permite atender atualmente 200 entidades sócio assistenciais com 40.000 beneficiários.

Tendo em vista a importância da execução de políticas de abastecimento e escoamento da produção foi restituída a gestão pública na CEASA DF. Lá foram executadas obras de reforma e ampliação de pavilhões, além da construção do Mercado do Peixe e a retomada das obras do Centro de Capacitação e Comercialização da Agricultura Familiar. Os empresários têm as suas ocupações regularizadas com base na Lei distrital nº 4.900/2012.

O apoio ao segmento das agroindústrias possibilitou o registro de 30 agroindústrias artesanais, além da adesão ao SUASA/SISBI, abrindo as fronteiras de comercialização para as agroindústrias do DF em todo Brasil.

Para reduzir os impactos ambientais resultantes do uso de agrotóxicos foi implementado o vazio sanitário do feijão e realizado o recolhimento e a destinação correta de mais de 90 mil embalagens vazias de agrotóxicos.

O projeto de Promoção da Sustentabilidade incluiu 400 agricultores no processo de transição agroecológica. Foram instaladas ainda mais de 150 áreas demonstrativas com irrigação localizada e produção orgânica.

Também na dimensão ambiental foi concretizado o Programa Produtor de Água na Bacia do Pípiripau, com o pagamento por Serviços Ambientais prestados pelos agricultores da região ao passo que o Programa Descoberto Coberto contemplou a recuperação florestal da orla do Lago do Descoberto.

O apoio à infraestrutura dos Núcleos Rurais ocorreu por meio da recuperação de canais coletivos de abastecimento de água para irrigação, a manutenção e recuperação de mais de 1.500 km de estradas vicinais, a construção de 30 Pontos de Encontro Comunitários e o asfaltamento de 30 Km de vias no meio rural.

Na área social diversos programas foram implementados, alinhando as políticas da área federal e distrital, a exemplo da distribuição de insumos para 2,5 mil famílias entre 2011 a 2013. Por meio do Plano Brasil Sem Miséria atendeu-se a 550 famílias para a inclusão produtiva. Iniciou-se a implantação do Plano Nacional de Habitação Rural, com a entrega das primeiras casas no meio rural. Por meio do programa de Agricultura Urbana foram implantadas hortas comunitárias e escolares beneficiando mais de 70 mil alunos. Na segurança pública rural o Governo Agnelo criou o Núcleo de Policiamento Rural com três companhias (Leste, Oeste e Sul), com efetivo de 280 policiais.

O Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais avançou com a instalação do Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária, a regulamentação da lei 1.572, a instalação do Conselho de Política de Assentamentos e a criação de 5 assentamentos pelo Governo do Distrito Federal, bem como a prestação de assistência técnica a 3800 famílias de assentados na RIDE/DF.

A marca das realizações de um Governo fica quando conseguimos escrever uma boa história. O Governo Agnelo/Filippelli traçou um novo caminho para o DF e RIDE a partir do momento que resgatou a execução de políticas públicas setoriais e intersetoriais, que implementou a transparência por meio da gestão e do controle social, da maior integração do Sistema Agricultura do DF, da articulação interinstitucional e intersetorial - distrital e federal- de forma inclusiva e participativa.

Propostas para a Continuidade e Avanço do Desenvolvimento Rural do DF

- Promover a III Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável com a consequente edição do Plano de Fortalecimento do Setor Rural do Distrito Federal para os próximos 20 anos.
- Criar a incubadora das organizações sociais, vinculada ao Sistema Público de Agricultura.
- Assegurar a participação e controle social das organizações sociais nos espaços dos conselhos de desenvolvimento rural.
- Fomentar as principais cadeias produtivas do DF, com ações de organização, de assistência técnica e extensão rural, de infraestrutura, bem como incentivar e fortalecer as câmaras setoriais de: hortaliças, leite, flores, grãos, suínos, orgânicos, aves e peixes.
- Apoiar e ampliar as ações na AGROBRASÍLIA, de forma a torná-la o principal espaço de construção e demonstração de tecnologias e realização de negócios do Centro-Oeste, em especial para as atividades dirigidas a agricultura familiar.
- Implantar o Plano de Qualificação e Capacitação de Trabalhadores Rurais – *RURAL QUALIFICADO*.
- Instituir por lei o Plano Distrital de Agroecologia e Agricultura Orgânica e implantar o Programa de Fomento a Agricultura Orgânica.
- Criar os Bancos de Sementes e Insumos– *BANCO VERDE* em parceria com associações e cooperativas de agricultores rurais.
- Implantar o Plano Safra/DF com o objetivo de fomentar as atividades com maior potencial de geração de renda e menores impactos ambientais, alinhadas com as políticas nacionais e distritais.
- Fomentar a produção local de insumos biológicos visando à transição para uma agricultura ambientalmente mais equilibrada, com menor uso de agrotóxicos e a produção de alimentos saudáveis.
- Fomentar o processo de agroindustrialização, implantando o Programa de Apoio às Agroindústrias - *APOAGRO-DF*, promovendo a inclusão produtiva, a agregação de valor, a geração de renda e maior participação dos produtores e agricultores do DF no mercado local.
- Promover a inclusão produtiva das famílias participantes do Plano Brasil Sem Miséria, consolidando a produção agrícola e não agrícola.
- Estabelecer para os médios produtores uma política de apoio à comercialização.
- Garantir a continuidade, o acesso e a ampliação dos programas de compras institucionais – (PAA, PNAE e PAPA).

- Implantar o Programa DF Rural Sustentável, proporcionando as condições para o desenvolvimento rural, com a promoção da conservação ambiental, com a ampliação e fortalecimento das infraestruturas de apoio à produção, assegurando qualidade de vida aos habitantes da área rural.
- Expandir o Programa Produtor de Água às principais Bacias Hidrográficas do DF, assegurando a inclusão de novos agricultores aptos a receberem por serviços ambientais.
- Consolidar e simplificar os instrumentos que facilitem ao agricultor o cumprimento da legislação ambiental em harmonia com o desenvolvimento das atividades rurais.
- Promover práticas agroecológicas que estimulem a redução do uso de agrotóxicos no Distrito Federal.
- Incentivar e promover os circuitos curtos de comercialização como estratégia de valorização da produção local, assegurando a qualidade do alimento, aproximando agricultor do consumidor.
- Implantar o entreposto de comercialização de Planaltina – CEASA/Planaltina;
- Promover estudos para subsidiar a readequação e modernização da CEASA/Brasília.
- Ampliar o Programa de Patrulhas Agrícolas e Transporte da Produção disponibilizando às organizações sociais representativas dos agricultores máquinas, equipamentos e caminhões.
- Consolidar e ampliar o acesso ao Plano Nacional de Habitação Rural – PNHR “Minha Casa Rural”, complementando em aproximadamente R\$ 5.000,00 cada projeto.
- Pavimentação asfáltica das estradas que dão acesso às escolas rurais do Distrito Federal – “Caminhos da Escola”.
- Promover a recuperação das barragens e canais públicos e coletivos de uso para irrigação em parceria com os usuários.
- Ampliar e qualificar a oferta de transporte coletivo no espaço rural do Distrito Federal.
- Consolidar os assentamentos de trabalhadores rurais, com a disponibilização de assistência técnica e extensão rural, alocação de infraestrutura social (habitação, água, energia), produtiva (mecanização, estradas) e acesso aos mercados.
- Criar novos assentamentos de trabalhadores rurais utilizando o estoque de terras públicas improdutivas do Governo do Distrito Federal.
- Adotar de políticas de apoio a produção da agricultura familiar;
- Criar centro de comercialização da agricultura familiar (feiras itinerantes);

- Criar linhas de crédito para a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros e outros gêneros alimentícios (mel, própolis, castanhas, doces, conservas) oriundo da agricultura familiar;
- Adotar programas de divulgação da comercialização de produtos da agricultura familiar em feiras itinerantes.

6. EIXO V – SEGURANÇA PÚBLICA – COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA

O Governo Agnelo Queiroz assumiu a administração do Distrito Federal, em 2011, com uma série de problemas nas diversas áreas e esferas de Governo, particularmente no campo da segurança pública. Após ser submetida a vários governantes em um curto espaço de tempo, fruto da crise política e institucional pelo que passou o Distrito Federal, a população brasiliense conviveu com uma escalada na sensação de insegurança e no aumento vertiginoso da criminalidade.

A gestão do governador Agnelo Queiroz promoveu transformações e melhorias. Para reforçar os efetivos e recompor os quadros, realizou concursos públicos em todas as corporações, Polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Detran.

Nas ruas, foi implantado o policiamento inteligente, com o policial perto da comunidade, através de postos móveis e motocicletas. Na esteira desse novo modelo, foram realizados investimentos em todas as corporações, objetivando a aquisição de matérias e equipamentos de última geração, além da contratação de pessoal e de constante capacitação dos servidores.

Na Polícia Militar do DF, ao longo desses três anos e meio, foram investidos cerca de R\$ 223 milhões, o que permitiu a construção de dez novos batalhões, a aquisição de mais de 1.300 viaturas operacionais, dois helicópteros além de aquisição de equipamentos de proteção individual.

No Corpo de Bombeiros, foram investidos mais de R\$ 241 milhões, o que possibilitou a compra de dois aviões de combate a incêndio, únicos na América Latina, 279 viaturas convencionais, 124 viaturas importadas de combate a incêndio, provenientes dos EUA, Alemanha, Portugal, Espanha e França, 52 novas ambulâncias e a construção de 12 novas instalações, quartéis autossustentáveis, não deixando de lembrar que implantação do maior Centro de Capacitação e Treinamento Físico Militar das Américas se deu no ano de 2013, sendo utilizado de FIFA por ocasião da Copa das Confederações e atualmente para FIFA *World Cup Brazil 2014*.

Entre os efetivos militares do DF, o Governo realizou nos três primeiros anos cerca de 20.500 promoções, resgatando a progressão na carreira. Alinhado às promoções, o

Governo deu um importante passo no momento que corajosamente resgatou a valorização salarial desses militares, buscando com recursos próprios a tão almejada equiparação salarial com os demais segmentos de segurança, não deixando de observar os anseios da nova categoria dos auditores de trânsito e a questão salarial da competente Polícia Civil do DF.

Na Polícia Civil foram investidos cerca de R\$ 107 milhões, o que possibilitou a construção de 14 novas unidades, entre delegacias e centros de atendimento e a compra de 400 novas viaturas policiais. Importante ressaltar que após vários anos realizou concurso para 900 agentes de polícia, 300 escrivães e 90 peritos e criou junto ao Governo Federal 3.029 novas vagas para ingresso de Policiais Civis no DF.

O Departamento de Trânsito (DETRAN-DF), somente no período de 2013 e 2014, obteve conquistas nunca antes atingidas. Entre elas, a contratação de 389 novos auditores fiscais de trânsito, nomenclatura também efetivada no atual governo e logo em 2011 a importante conquista de um ganho real na ordem de 56,85% no auxílio saúde, 43,85% de reajuste no auxílio alimentação. Também houve avanço na aquisição de equipamentos, com a aquisição de 253 novas viaturas e 13 obras concluídas ou em finalização.

6.1. Ação pela Vida

Tão importante quanto os investimentos destinados aos órgãos que compõem a segurança pública, foi a implantação do Programa Ação Pela Vida. Ele foi criado para o enfrentamento do crime no Distrito Federal por meio da atuação conjunta das forças de segurança pública com a colaboração de todos os segmentos de Governo que, pela natureza de suas atribuições, influenciem direta ou indiretamente nos problemas da criminalidade, além da participação da sociedade civil por meio dos conselhos de segurança. O programa foi criado em agosto de 2012 e, desde então, foram ampliados os mecanismos de avaliação e planejamento para o DF reduzir as ocorrências policiais.

Para um novo mandato, encontra-se em estudos a aplicação de um novo modelo de policiamento que proporcionará o surgimento de novos instrumentos de conhecimento da natureza, padrões e tendências de crimes, violências e desordens dentro de cada comunidade, por meio da análise dos dados históricos e atuais para prevenir o crime, o que tornará viável o planejamento estratégico e tático, com fulcro no atingimento

das metas estabelecidas pelos programas de governo e, conseqüentemente, a tão objetivada prevenção criminal.

Essa nova modalidade permitirá, cada vez mais, otimizar o policiamento, aumentando a eficiência e a eficácia no seu emprego, com uma redução de meios de pessoal e logístico, que doravante chamaremos de Policiamento Tecnológico, modalidade já em estudos de viabilização de implantação em todo Distrito Federal.

6.2. Videomonitoramento

Com o objetivo de empregar os instrumentos mais modernos para aumentar cada vez mais a segurança da população do DF, o Governo Agnelo está investindo na instalação de câmeras de videomonitoramento.

A meta é instalar 1,6 mil câmeras em diversas cidades do Distrito Federal. O objetivo é monitorar as áreas com índices críticos de violência por meio de um sistema inteligente de captação e análise de imagens. Na primeira etapa, 835 serão destinadas a Brasília, Ceilândia e Taguatinga. Depois, numa segunda fase, 765 equipamentos serão instalados nas demais localidades.

Com funções como identificar placas de veículos a distância, fazer contagem de pessoas e sensor térmico, os equipamentos têm capacidade de aproximação de imagem 35 vezes maior do que as câmeras convencionais, o que facilitará o reconhecimento facial e a identificação das placas de veículos que tenham sido furtados.

As imagens serão analisadas no Centro de Gestão Integrada (CGI), contratado pelo Governo do Distrito Federal, e pelos centros de controle da Secretaria de Segurança Pública.

6.3. Sistema prisional

Entre 2011 e 2014, foram investidos R\$ 23,2 milhões na criação de 1.400 novas vagas no sistema prisional do Distrito Federal. Outras 3.200 vagas serão criadas na próxima gestão com a instalação de duas novas penitenciárias no Complexo da Papuda.

Os recursos são da ordem de R\$ 134,3 milhões; totalizando R\$ 157,5 milhões. Os investimentos serão suficientes para suprir o déficit atual de vagas e assegurar um ambiente mais propício para a ressocialização dos detentos.

Propostas para o Programa de Governo Agnelo 2015/2018:

- Integração das Forças de Segurança
- Ampliação do Programa Ação pela Vida
- Ampliação do policiamento inteligente, com a utilização de tecnologia de ponta, como as câmeras de monitoramento distribuídas de forma estratégica.
- Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEGs) e a ampliação das ações do Observatório de Segurança Pública.
- Realização de Conferência Distrital e instituição do Conselho Distrital de Segurança Pública.
- Capacitação dos agentes de segurança.
- Desarmamento da criminalidade. A priorização de apreensões de armas de fogo ilegais tem contribuído fortemente.
- Contratação de novos policiais.
- Reconstrução de centros socioeducativos para adolescentes em conflito com a Lei e ampliação de programas educativos.
- Ressocialização do preso, com a valorização do ensino e do trabalho.
- Atendimento humanizado, com a continuidade do forte investimento em treinamento e no fortalecimento das ouvidorias.
- Atenção ao dependente de drogas, com a manutenção da rede de atenção de psicossocial e de saúde.
- Valorização profissional, com um diálogo franco com as categorias da segurança pública.

7. EIXO VI – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

Com o propósito de assegurar melhores índices de uso e reaproveitamento de recursos naturais, assim como garantir a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal, o Governo liderado por Agnelo Queiroz prioriza as

metas a serem atingidas em programas voltados para proteção dos recursos hídricos, controle da poluição, políticas de reuso de águas, aproveitamento de bens recicláveis e estímulo da produção pela agricultura familiar.

Dessa maneira, serão estruturados os seguintes programas e projetos que abordarão os assuntos acima relacionados, de forma sistêmica.

7.1. Proteção dos recursos hídricos naturais

O Distrito Federal abriga um dos mais importantes divisores de águas do País, de onde partem cursos que drenam as bacias hidrográficas dos rios Tocantins/Araguaia, São Francisco e Paraná. Atento ao desenvolvimento de uma gestão eficiente da água, o Governo Agnelo tem promovido políticas e ações para a manutenção dos recursos hídricos.

Nesse sentido, o Projeto Caminho das Águas consiste na recuperação das margens dos córregos d'água com a replantação das matas ciliares, além da formação de áreas de convivência no leito desses rios como pista de cooper, cicloviarias, pontos de encontro para a terceira idade e outros equipamentos.

O objetivo é democratizar o acesso a estas margens, promovendo a educação e a conscientização da sociedade por meio de campanhas sociais de educação ambiental principalmente com a população próxima a área dos leitos dos rios.

Propostas para o próximo mandato:

- Proteção das nascentes, delimitação de áreas de nascentes e elaboração de planos de manejo;
- Reflorestamento de áreas de matas ciliares, de encostas de morros e parques de educação ambiental e lazer;
- Campanhas de educação para a redução do consumo de água (estímulos para redução);
- Programa de sustentabilidade no uso da água, seja para o consumo, produção de alimentos, estendendo-se até entretenimento; uma vez que esse elemento tem ganho importância principalmente em razão da fragilidade do ecossistema local e da crescente demanda em função do aumento ocupacional da Região Metropolitana.

7.2. Reuso das águas domiciliares

O reuso da água de águas utilizadas nas residências para banho, lavatório, máquina de lavar é uma alternativa econômica válida, tendo em vista que diminui a demanda de água tratada para usos que não o consumo humano. A atual gestão do GDF estuda a regulamentação do assunto de forma a contemplar soluções técnicas viáveis que atendam, também, a mitigação de riscos.

Antes de ser aplicada, essa regulamentação passará por um debate com a sociedade por meio de consultas públicas. O intuito é identificar as soluções possíveis, buscar contribuições da sociedade e estabelecer as diretrizes.

Propostas para a próxima gestão

- Políticas de estímulo a adoção de caixas de descarga, com controle de vazão;
- Adoção de políticas de reuso de águas domiciliares e industriais, com o reaproveitamento de águas não contaminadas, como de máquinas de lavar, chuveiros etc.
- Políticas de estímulo a captação e reaproveitamento de águas de chuva pela captação de águas de telhados e cobertura (em especial em programas de políticas habitacionais).

7.3. Parques ambientais

A atual gestão desenvolveu um programa para implantar 73 parques ecológicos e 22 unidades de conservação de forma sustentável. O Programa Cidade Parque tem resgatado essas áreas a partir de políticas de compensações ambientais e florestais.

Cerca de 100 milhões de reais oriundos de compensações ambientais e florestais foram destinados, desde 20011, para revitalização, dentre eles o Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Ecológico Olhos D'Água, Parque Ecológico Dom Bosco, Parque Ecológico Três Meninas, Jardim Botânico de Brasília, Parque Ecológico dos Jequitibás e Parque Ecológico de Águas Claras.

Com os recursos disponíveis foram destinados, também, investimentos para implantar novos parques, tais como o Parque Vivencial do Areal, Parque Sucupiras, Parque Ecológico do Riacho Fundo, Parque Ecológico da Vila Estrutural, Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul, Parque Ecológico Ezechias Heringer, Parque Bosque do Sudoeste e Parque Lago do Cortado.

O Parque da Cidade também está passando por ampla revitalização. A principal preocupação do GDF relaciona-se ao conforto, segurança e acesso da população aos equipamentos públicos. Serão revitalizados desde os alambrados de circundam toda a área do Parque até os Parques Infantis, incluindo o Parque Ana Lídia. Além disso, será construída uma nova pista de caminhada com cerca de 10km de extensão.

Espalhadas por diversas regiões administrativas, estes locais estão ganhando cara nova ao receber projetos que alinham sustentabilidade e modernidade, em prol de uma melhor qualidade ambiental e de vida para todo o DF.

Além disso, o Governo Agnelo tem promovido a educação ambiental por meio de cursos, treinamento de educadores e campanhas educativas. Todas as ações visam à maior difusão e alcance na sociedade. A política de sensibilização socioambiental está pautada nos princípios básicos da educação ambiental e em consonância aos objetivos fundamentais da educação ambiental, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada.

Propostas para o próximo mandato:

- Aumentar o número de parques ecológicos e unidades de conservação
- Programas de educação ambiental e práticas desportivas nos parques com implementação de monitoramento educacional;
- Criação de Pontos Comunitários para encontros de boa vivência;
- Adoção de programas de educação ambiental nas escolas públicas do DF;
- Adoção, nos espaços públicos - parques e áreas de lazer - de campanhas sistêmicas de educação ambiental, voltada para adultos e crianças.

7.4. Resíduos sólidos

A coleta e a destinação corretas dos resíduos gerados estão entre os principais indicadores de desenvolvimento socioambiental das cidades, requerendo a adoção de estratégias inovadoras e articuladas por parte dos governantes. No Distrito Federal, esses serviços vão ser integrados por meio de um projeto que visa dar solução completa para o tema, atendendo ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e com altos parâmetros de qualidade e execução.

No início de 2014, o Governo Agnelo deu início ao serviço de coleta seletiva em todo o Distrito Federal. Essa iniciativa é um ponto importante para a correta destinação e o devido tratamento dos resíduos sólidos.

Entre os serviços incluídos no planejamento de médio prazo, estão a construção de dois aterros (Norte e Oeste, sendo que este está em obras), o encerramento e a recuperação da área hoje conhecida como Lixão da Estrutural, a coleta seletiva universal, a coleta de resíduos sólidos de serviços de saúde, a construção de uma usina de compostagem — e a reforma de duas já existentes —, a varrição manual e mecanizada, além de outros serviços complementares de limpeza, dando assim um caráter uniforme à coleta, ao tratamento e à destinação dos resíduos sólidos no Distrito Federal.

Também estão sendo desenvolvidos projetos que incluem a construção de áreas de transbordo, triagem e reciclagem (ATTRs), centros de triagem e ecopontos. Ao mesmo tempo, o Governo tem buscado promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis do DF, por meio de ações de acesso à saúde, educação, moradia, trabalho e renda.

Propostas para o próximo mandato:

- Recuperação da área do lixão da estrutural e destinação de áreas a estruturação de organização ou cooperativas de catadores de resíduos recicláveis;
- Implementação de sistema de coleta seletiva para grandes resíduos recicláveis, tais como, móveis e utensílios eletroeletrônicos;
- Implementação de um programa de apoio às entidades de catadores de resíduos recicláveis;
- Programa de educação ambiental para seleção e destinação de produtos recicláveis;

- Adoção de políticas de apoio a pequenas e médias indústrias voltadas para reciclagem de produtos oriundos da coleta de resíduos sólidos (pets, vidros, papeis, plásticos, etc.);
- Integração da coleta e reciclagem de resíduos da construção civil em áreas programada para a transformação destes materiais;
- Política de uso dos materiais oriundos da reciclagem do material da construção civil.
- Regulamentar Lei Nº 4.818, de 27 de abril de 2012, para reduzir a sujeira nas ruas do DF;

7.5. Combate à Poluição do Ar

O Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar do Distrito Federal conta com uma rede de monitoramento com configuração dinâmica e visão de expansão. Sua finalidade é quantificação de poluentes atmosféricos, bem como a avaliação da qualidade do ar em relação aos limites estabelecido para nortear medidas e políticas públicas de busca pela qualidade de vida e ambiental da população local.

Atualmente funcionam as estações Rodoviária, Setor Comercial Sul, Fercal e Ciplan. A estação Taguatinga Centro está enfrentando problemas de funcionamento, que estão sendo tratados para que volte a realizar medições. Os pontos de amostragem são escolhidos de forma a privilegiar locais com grande circulação de pessoas.

As máquinas em operação monitoram manualmente a concentração de partículas totais em suspensão (PTS) ou partículas inaláveis até 10 µm de dimensão (PM10) e concentração de fumaça. O trabalho de monitoramento é feito desde julho de 2013.

Além disso, o Governo Agnelo desenvolveu o Plano de Controle de Poluição Veicular. Entre as medidas previstas, o plano definiu o Programa de Inspeção Veicular, que estabelece regras para medir e controlar a emissão de gases poluentes e de ruídos pelos veículos movidos a diesel registrados e licenciados no Distrito Federal.

Propostas para o próximo mandato:

- Aprofundamento das políticas de monitoramento e controle da poluição veicular;
- Expansão e interligação de ciclovias como meios de mobilidade e de lazer;
- Implementação de campanhas de prevenção de combate a incêndios florestais;
- Implementação de incentivos a coleta e destinação de óleos e gorduras vegetais para beneficiamento em produtos reutilizáveis (adoção de descontos nas contas de esgotamento sanitário).

7.6. Combate à Poluição Visual

Tendo em vista a importância de se impedir a exposição irregular de propagandas e publicidades, causadoras da poluição visual, foi criado em 18 de abril de 2012 o Comitê de Combate à Poluição Visual. Esse grupo, formado por oito órgãos do GDF, elaborou o Plano de Combate à Poluição Visual.

A partir disso, as ações de prevenção, controle e erradicação dos materiais irregulares foram intensificadas na busca de resultados mais eficazes. Além disso, têm sido promovidas discussões e estudos para a criação dos Planos de Ocupação de Publicidades (POPs), que vão normatizar a veiculação de propagandas e publicidades em áreas públicas.

Propostas para o próximo mandato

- Conformar Campanha de Conscientização de Promoção da Limpeza da Cidade, envolvendo a Coleta Seletiva, o Combate à Poluição Visual, o Combate à Poluição do Ar a Limpeza de Vias e logradouros públicos, parques e praças;
- Ampliar e Levar adiante Plano de Combate à Poluição Visual do DF, com a revisão o arcabouço normativo, controle dos Engenheiros Publicitários a partir do SITURB e aprovação dos Planos de Ocupação de Publicidades, com força tarefa de arquitetos e urbanistas;
- Disponibilizar linha de financiamento para os comerciantes se adequarem às regras e estabelecer prazos rígidos.

7.7. Cidade Limpa

A fim de intensificar as ações de limpeza e conservação das cidades, o GDF tem promovido uma ação integrada com a atuação de uma dezena de órgãos. Em cada semana, o projeto atende pelo menos uma Região Administrativa com ações de retirada de entulho, poda de árvores, roçagem, desobstrução de boca de lobo, troca de lâmpadas e reatores, pintura de postes, meios-fios e faixas de pedestres, entre outras.

No próximo mandato, o Governo Agnelo pretende manter e intensificar o Programa Cidade Limpa.

7.8. Parques infantis e Pontos de Encontro Comunitário

A qualidade de vida da população está diretamente ligada à existência de bens e espaços urbanos eficientes. Nesse sentido, até o fim do ano, o Governo do Distrito Federal está revitalizando e implantando parques infantis e Pontos de Encontro Comunitários (PECs) em todas as regiões administrativas.

8. CONCLUSÃO

Com este Programa de Governo, Agnelo e Filippelli apresentam seus compromissos com o povo do Distrito Federal, garantindo a ampliação da qualidade de vida, a inclusão das pessoas no mercado de trabalho, a geração de renda, a promoção da cidadania.

As questões apresentadas neste programa, e que já estão em execução, garantem a marca de um governo democrático, que está ainda mais preparado para garantir as políticas públicas em benefício da população do Distrito Federal.

Mais mudanças, mais futuro. A reeleição de Agnelo e Filippelli no Governo do Distrito Federal, aliada ao segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, garantirá à população brasiliense não só a manutenção das políticas transformadoras empregadas nos últimos anos, mas a realização de novas transformações.

Por isso, nada mais legítimo para Agnelo e Filippelli do que pleitearem a reeleição. Afinal, Brasília tem o direito de continuar na rota certa, para consolidar-se como a

Capital da civilidade e da modernidade que orgulha a todos os brasilienses e atrai visitantes de todo o mundo. O Patrimônio Cultural da Humanidade, finalmente, começa a ser visto e valorizado em sua grandiosidade e generosidade.

“Se muito vale o já feito, mais vale o que será! ”

É com este espírito que Agnelo e Filippelli apresentam-se à população do Distrito Federal, contando com seu apoio para governar a nossa Capital por mais quatro anos.